



Revista do **CLUBE NAVAL**

ISSN 0102-0382 • ANO 131 • Nº 408 - OUT/NOV/DEZ 2023



**9 de novembro de 1823
FRAGATA “NICTHEROY”
RETORNA AO BRASIL
Missão cumprida!**

FRAGATA “NITERÓI”
Marinha rompe
paradigmas



FRAGATA “TAMANDARÉ”
Superação • Tecnologia •
Apoio Logístico integrado





Clube Naval



CONCURSO MARQUÊS DE TAMANDARÉ

1975



2024

Tema para 2024:

**"ALMIRANTE ALEXDRINO FARIA DE ALENCAR
E AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES NA MARINHA
DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO 20"**



Acesse aqui!

Entrega dos trabalhos até **10/04/2024** no
Departamento Cultural, das 14h às 18h (dias úteis)

Participantes: Sócios do Clube Naval, exceto os Departamentais e aqueles que estiverem integrando a Diretoria do Clube Naval ou exercendo cargos estruturais em quaisquer de seus Departamentos/ Setores.

Prêmio: O vencedor receberá um prêmio em dinheiro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).



Clube Naval



CONCURSO ALMIRANTE JACEGUAY

1890 - 2024



Tema para 2024:

**"A MARINHA DO BRASIL E OS DESAFIOS
E OPORTUNIDADES RELACIONADOS À
SEGURANÇA MARÍTIMA"**



Acesse aqui!

Entrega dos trabalhos até **10/04/2024** no
Departamento Cultural, das 14h às 18h (dias úteis)

Prêmio: uma medalha de ouro "Mérito Especial", no formato circular, com 4cm de diâmetro, aqui ilustrada.



Participantes: Oficiais da Marinha do Brasil, exceto aqueles que estiverem integrando a Diretoria do Clube Naval ou exercendo cargos estruturais de quaisquer Departamentos/ Setores.

SUMÁRIO

04 PALAVRAS DO PRESIDENTE

Alte Esq (Refº) João Afonso Prado Maia de Faria

05 EDITORIAL

C Alte (Refº-FN) José Henrique Salvi Elkfury

08 EM PAUTA

Eventos e comemorações na Sede Social

12 ENTREVISTA

V Alte (RMI) José Carlos Mathias

200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

22 O retorno *post mortem* da família imperial para o Brasil

CMG (Refº-FN) Jaime Florencio de Assis Filho

HISTÓRIA DA CAPA

A capa desta edição destaca três imagens emblemáticas da evolução da Esquadra Brasileira: o retorno da Fragata “Nichteroy” ao Brasil representando a etapa final da Guerra da Independência; a obtenção das Fragatas Classe “Niterói”, na década de 1970, marcando mudanças de paradigmas devido ao salto tecnológico em sistemas informatizados de combate e de manutenção, resultando, entre outras providências, na criação do Centro de Análises de Sistemas Navais; e o Programa Fragatas “Tamandaré”, simbolizando “superação”, uma vez que exigirá metade da tripulação das Fragatas Classe “Niterói”, “tecnologia”, pois incorpora recursos avançados como o radar 3D e modernos armamentos, além de contar com uma estrutura avançada de gestão da manutenção e logística.



27 Os Fuzileiros Navais no Período Republicano (1889 – 1945)

CC (FN) Esley Rodrigues de Jesus Teixeira

33 Divisão Naval em Operações de Guerra

Aspirante Pedro Lucas Avelino de Andrade

Aspirante Caio Eduardo Bastos Reis Cordovil

39 Evolução da Força de Submarinos

C Alte Manoel Luiz Pavão Barroso

44 Os Fuzileiros Navais no Período Republicano (1945 – 2000)

CC (FN) Esley Rodrigues de Jesus Teixeira

50 Reestruturação da Área do Abastecimento

Diretoria de Abastecimento da Marinha

FILATELIA

52 Veleiros e Navios-Escola da Marinha do Brasil representados na filatelia

CMG (Refº) Fernando Antonio B. F. de Athayde Bohrer

FORÇA NAVAL DO NORDESTE

56 81º Aniversário da Força Naval do Nordeste

Aspirante Leonardo Fontenele de Araujo

Aspirante Mateus Barbosa Souza

CONCURSOS

59 Amazônia Azul – Desafios e ações visando ao protagonismo brasileiro no Atlântico Sul

CMG (IM) Marcelo Gameleira Correa

MENTALIDADE MARÍTIMA

64 O curso “Estratégia Marítima” da FEMAR: um depoimento

Carlos A. Klomfahs

MARINHA DO BRASIL

66 Marinha lança campanha do Dia do Marinheiro em Brasília

Centro de Comunicação Social da Marinha

ÚLTIMA PÁGINA

70 O “espírito de turma” como base para servir

Aspirante Wellington Pessoa dos Reis

PALAVRAS DO PRESIDENTE

A Revista do Clube Naval encerra neste exemplar uma instrutiva, interessante e brilhante jornada pelos fatos, feitos e personagens que ocorreram nos duzentos anos, desde nossa Independência até os dias de hoje. Foram artigos que trouxeram aos nossos leitores, em especial nossos sócios, informações, análises, fatos até então desconhecidos e novos enfoques de acontecimentos importantes de nosso país. Cabe, então, iniciarmos com os nossos agradecimentos aos autores por suas colaborações e à equipe que coordena e executa a edição da revista.

Estamos, também, ao final de mais um ano em que o Clube Naval permanece com sua proa voltada para o atendimento aos sócios, suas famílias e convidados. Em junho, tive a honra de substituir o Almirante de Esquadra Palmer no timão do Clube Naval, e olhando para a esteira que deixou só vi realizações, o governo correto de um excelente timoneiro e a preocupação constante para uma exemplar administração financeira. Nesses primeiros seis meses de minha administração procurei manter esse padrão que citei e fazer pequenos ajustes de rumo que se tornaram necessários. Para isso, contei sempre com a pronta e correta assessoria de minha Diretoria, e dos Conselhos Diretor (CD) e Fiscal (CF), e o dedicado e eficaz trabalho de todos os colaboradores em todos os departamentos do Clube. Várias vezes recebi cumprimentos pelo capricho, cuidado, precisão e perfeição dos eventos realizados no CN e devo dividir com todos esses elogios que, na sua maior parte, lhes são devidos.

Ao aproximarmos do final do ano, gostaria de desejar a todos – sócios, Diretoria, conselheiros do CD e CF, colaboradores da Sede, Departamentos Esportivo e Náutico, e suas famílias – um Feliz Natal e que 2024 lhes traga muitas felicidades, muita saúde e realizações. ■

João Afonso Prado Maia de Faria
Almirante de Esquadra (Refº) • Presidente

CLUBE NAVAL

Av. Rio Branco, 180, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro / RJ
Brasil - 20040-003

PRESIDENTE

Alte Esq (Refº) João Afonso Prado Maia de Faria

DIRETOR DO DEPARTAMENTO CULTURAL

C Alte (Refº-FN) José Henrique Salvi Elkfury

ASSESSORA DO DEPARTAMENTO CULTURAL

CC (RMI-T) Ana Cláudia Corrêa de Araujo



Revista do CLUBE NAVAL

Publicação trimestral editada pelo Departamento Cultural do Clube Naval. As ideias e opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, a opinião dos oficiais da Marinha do Brasil, nem do Clube Naval, a não ser que explicitamente declarado. A reprodução de matérias aqui publicadas necessita de autorização prévia da Revista do Clube Naval.

ANO 131 • Nº 408

EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Fabiana Peixoto

COLABORADOR

José Carlos de Medeiros

CONTATOS

revista@clubenaval.org.br

(21) 2112-2429 / 2425



ESCANEIE AQUI
para informações sobre
submissão de artigos

9 de novembro de 1823: FRAGATA “NICTHEROY” RETORNA AO BRASIL Missão cumprida!

*“Quanta alegria nos traz a volta
À nossa Pátria do coração
Dada por fmda a nossa derrota
Temos cumprido nossa missão.” ⁽¹⁾*

Em 9 de novembro de 1823 a tripulação da Fragata “Nicttheroy”, comandada pelo Capitão de Fragata John Taylor, certamente viveu a emoção descrita nos versos indicados acima, quando retornou a Salvador após realizar exitosa operação naval de perseguição às forças lusitanas que, obrigadas a deixar a Bahia em 2 de julho daquele ano, dirigiram-se a Portugal, lideradas pelo General Madeira de Melo, em 78 navios, e protegidas por treze escoltas ⁽²⁾ sob comando do Almirante Félix de Campos.

Essa épica expedição, além de aprisionar dezenove navios e assegurar que os meios navais portugueses não reforçassem províncias ao Norte, que não aceitavam a subordinação ao Imperador Dom Pedro I, pode ser considerada como representativa do cumprimento da missão da recém-criada Esquadra – expulsar forças que se opunham à nossa independência e garantir a integridade do território brasileiro. Essa independência só foi reconhecida por Portugal em 29 de agosto de 1825, ao assinar o tratado de Paz e Aliança, mas, a partir de novembro de 1823, não havia mais como reverter a situação com os meios militares lusitanos.

Deve ser ressaltado, ainda, outro registro importante dessa operação naval: a bordo da Fragata “Nicttheroy” estava um jovem voluntário, o gaúcho Joaquim Marques Lisboa, que iniciava, em combate, sua insigne carreira naval, alcançando o posto de Almirante e recebendo o título de Marquês de Tamandaré. Por suas notáveis realizações em prol do Brasil, em 4 de setembro de 1925 ⁽³⁾ foi designado Patrono da Marinha, o que nos remete ao Dia do Marinheiro, celebrado em 13 de dezembro, data de nascimento desse insigne brasileiro.

Assim, esta edição tem na capa a Fragata “Nicttheroy”, simbolizando o “cumprimento da missão” da Esquadra na Guerra da Independência. Mostra, ainda, a Fragata “Niterói”, primeira de uma classe que promoveu quebras de paradigmas na Marinha nos anos 1970, e a futura Fragata “Tamandaré” que, somando-se ao SCPN ⁽⁴⁾ “Álvaro Alberto” e ao Navio Polar “Almirante Saldanha”, citados em edições anteriores, asseguram que o Brasil conte com meios que, com credibilidade, contribuirão para a Defesa da Pátria sendo, ainda, importantes vetores para o desenvolvimento do País em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

Essa imagem da capa também significa o “cumprimento da missão” da Revista do Clube Naval (RCN) que, por meio de artigos, de entrevistas e da seção de Filatelia, tem procurado mostrar, ao longo de nove edições, iniciadas no último trimestre de 2021, a importância da Marinha para o Brasil em seus primeiros duzentos anos.

A partir da RCN-400 foi apresentada uma panorâmica do processo de separação de Portugal, começando por apontar que a História Naval Brasileira antecede a Independência, pois portugueses, com ensinamentos obtidos na mítica Escola de Sagres, se lançaram “Por mares nunca de antes navegados, passaram ainda além da Taprobana”⁽⁵⁾, iniciando nossa História, e, empregando forças navais, expulsaram invasores e expandiram nossa fronteira para Oeste, ações decisivas para formação e defesa do território.

Vimos na RCN-401 que a vinda da família real para o Brasil em 1808 teve profundo impacto em diferentes setores da vida na então colônia, além de representar o marco inicial do nosso processo de emancipação política, mostrado em edições posteriores, sob diferentes perspectivas – diplomática, jurídica, militar e econômica. Iniciou-se com os fatos ocorridos em 1822, desde o brado às margens do Ipiranga até a formação da nossa Esquadra, inclusive mostrando os pontos de vista de Portugal e do Reino Unido, que teve relevante papel em todo esse processo, e foram descritos os principais acontecimentos da Guerra da Independência ocorridos em 1823, com destaque para o emprego da Armada Imperial, fundamental para assegurar a Independência e manter a integridade do território.

Foram publicados, ainda, artigos sobre a atuação da Esquadra ao longo desses dois séculos de História – durante o Império, nas duas Guerras Mundiais do século 20 e em anos mais recentes, como na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) – além de textos sobre as organizações e profissionais de variadas especialidades da Marinha que asseguram os efetivos e os meios necessários para

que a espinha dorsal do nosso Poder Naval esteja sempre pronta para ser empregada onde e quando necessário.

Esse conjunto de textos mostrou que a Marinha, junto com o Exército Brasileiro e com a Força Aérea Brasileira, constitui valioso instrumento dissuasório para a Defesa da Pátria. Entretanto, para efetivamente dissuadir oponentes é preciso ter credibilidade, o que é conferido por meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais no estado da arte, obtidos por conhecimento autóctone, o que impõe investir em CT&I. Assim, duas edições desse período abordaram as muitas contribuições da Marinha para a busca da “Soberania pela Ciência”, com destaque para as pesquisas em Ciências do Mar e Energia Nuclear, e para a implantação do Programa Antártico Brasileiro, um dos nossos mais longevos projetos de pesquisa científica que mantém o Brasil no fórum das decisões referentes ao Continente Austral.

Lançando um olhar para as atividades que compuseram as celebrações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, também mencionadas em edições desta Revista, entre as quais a Exposição Internacional, a Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, a aprovação do Hino Nacional e a primeira transmissão radiofônica no Brasil, registro a épica travessia de pescadores, a bordo da pequena jangada “Independência”, de Maceió ao Rio de Janeiro, que ilustra este editorial, bem como a inauguração do Panteão dos Andradas, em Santos, em 7 de setembro de 1923, tributo ao Patriarca da Independência.

Esta edição conclui a singradura iniciada em 2021 com artigo sobre o “retorno” da família imperial ao Brasil e entrevista com o Vice-Almirante José Carlos Mathias, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e Presidente da Comissão Intersetorial MB200, que organizou e coordenou as comemorações, no âmbito da Marinha, referentes ao Bicentenário da Independência e da Esquadra.

Nesse contexto, vale ressaltar os dois últimos eventos do Calendário MB200, realizados em 18 de dezembro de 2023, representando justa



Os jangadeiros alagoanos (1922)

homenagem ao Patrono da Marinha e ação voltada para estreitar os laços da Força Naval com a sociedade brasileira, ambas conduzidas em longínquos rincões da nossa Pátria: inauguração de busto do Marquês de Tamandaré em São José do Norte (RS), e Projeto Marinheiro por um dia, em Ladário (MS), para cerca de cem crianças, a bordo do Monitor “Parnaíba”.

Para completar a matéria sobre o progresso da Marinha desde 1822, contamos com textos sobre a atuação da Esquadra nas duas Guerras Mundiais do século 20, a evolução da Força de Submarinos desde 1914, a atuação dos Fuzileiros Navais no período republicano e as recentes alterações na estrutura do Setor de Abastecimento da Marinha.

Integram, também, a RCN-408, os sempre bem-vindos artigos encaminhados por sócios e outros colaboradores, a seção de Filatelia, que conta a história de veleiros e navios-escola da MB, uma síntese do trabalho vencedor da edição de 2023 do Concurso Almirante Paulo Moreira da Silva e matéria alusiva ao Dia do Marinheiro, elaborada pelo Centro de Comunicação Social da Marinha.

Assim, por meio da sua Revista, o Clube Naval, conforme proposta assumida no início desta série de edições sobre o Bicentenário da Independência, procurou prestar a merecida homenagem aos homens e mulheres que escreveram os primeiros duzentos anos da História do Brasil e da sua Esquadra. ■

José Henrique Salvi Elkfury

Contra-Almirante (Ref^o-FN) • Diretor Cultural

NOTAS

(1) Versos da canção Cisne Branco, Hino da Marinha.

(2) Escolta: tipo de navio empregado para proteger forças navais ou comboios de navios mercantes.

(3) Aviso nº 3.322, de 4 de setembro de 1925, do Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar

(4) SCPN: Submarino Convencionalmente armado com Propulsão Nuclear

(5) Versos de “Os Lusíadas”, de Luís de Camões.

ENTREGA DE PRIMEIROS EXEMPLARES DE LIVRO

A Major da Polícia Militar do estado do Espírito Santo, Sonia Pinheiro, organizadora do relançamento do livro *Notas de Viagem*, de Luiz Philippe de Saldanha da Gama, entregou, no dia 9 de outubro, os primeiros exemplares da obra ao Presidente do Clube Naval, ao Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, representado por sua Vice-Diretora, CMG (T) Patrícia Torres, e ao Diretor do Departamento Cultural. O livro, que agora se torna parte do acervo da Biblioteca do Clube, constitui um minucioso relato da Expedição Imperial da Corveta “Parnahyba” ao Estreito de Magalhães entre os anos 1882 e 1883, oferecendo aos leitores uma visão detalhada das experiências vividas durante essa histórica jornada.



Presentes no evento, o Diretor do Departamento Cultural, Almirante Elkfury, a organizadora do livro, Major Sonia Pinheiro, o Presidente do Clube Naval, Almirante Prado Maia, a Vice-Diretora do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Comandante Patrícia Torres, o autor do posfácio do livro, Tenente Vagner, e a Assessora do Departamento Cultural, Comandante Ana Cláudia



LANÇAMENTO DE LIVRO

No dia 25 de outubro o Clube Naval foi palco do lançamento do livro *Vivências Antárticas nos primeiros tempos do Brasil no Continente Gelado*, de autoria do C Alte (Refº-FN) José Henrique Salvi Elkfury. A obra oferece um relato cativante dos primeiros tempos em que o Brasil desembarcou na Antártica, em 1983. O livro não apenas proporciona uma visão das jornadas do autor no continente gelado, mas também destaca a significativa contribuição desse marco histórico para a posição de prestígio que o Brasil ocupa atualmente no cenário internacional no âmbito da comunidade científica. Uma expressiva quantidade de pessoas, incluindo entusiastas, membros da comunidade científica e amigos, veio prestigiar o lançamento, que marcou não apenas a estreia de um livro notável, mas também uma celebração dos quarenta anos desses esforços pioneiros que moldaram a presença brasileira no continente gelado.



PALESTRAS

O Clube Naval encerrou o último trimestre de 2023 com sucesso ao promover cinco palestras de grande importância, abordando temas atuais e de interesse global. Os eventos, inseridos na programação dos Grupos de Interesse e no ciclo de palestras realizados pela Presidência, visaram à troca de conhecimento entre os sócios e a comunidade em geral, apresentando desafios e oportunidades que permeiam o cenário atual. Agradecemos a todos que participaram e contribuíram para o enriquecimento dos debates e aos que não puderam participar ao vivo, as gravações das palestras estão disponíveis no canal do Clube Naval Sede Social no *YouTube*.

PALESTRAS DA PRESIDÊNCIA

1. Estratégia e História: a recepção da Ciência da Guerra na Marinha pelas páginas da Revista Marítima Brasileira (17/10)

Organizada pelo Grupo de Interesse Iniciativa dos Veteranos dos Porta-Aviões "Minas Gerais" e "São Paulo" e Grupo de Interesse em Defesa e Segurança (GIDS)

Palestrante: **CF (IM) Marcello José Gomes Loureiro**
Professor de História da Escola Naval

2. Perspectivas para a propulsão naval: o futuro seria uma volta ao passado? (31/10)

Palestrante: **V Alte Gilberto Santos Kerr**
Comandante da Escola Superior de Guerra

3. Conflito no Oriente Médio (07/11)

Organizada pelo Grupo de Interesse em Defesa e Segurança (GIDS)

Palestrante: **CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos**
Coordenador do Núcleo de Conjuntura da EGN

4. Reestruturação do Sistema de Abastecimento da Marinha (22/11)

Palestrantes:

V Alte (IM) Marcus Vinicius Lima de Souza

Diretor de Abastecimento da Marinha

C Alte (IM) Alexandre Augusto Lopes Villela de Moraes

Diretor de Gestão Orçamentária da Marinha

GRUPO DE INTERESSE EM ECONOMIA DO MAR (GIEM)

5. Desenvolvimento Sustentável na Economia do Mar (05/12)

Palestrante: **Marcos Felipe Magalhães**
Doutor em Ciências de Engenharia de Produção

1



2



3



4



5



ENTREGA DOS PRÊMIOS DOS CONCURSOS DE HISTÓRIA DO BRASIL E LIDERANÇA DA ESCOLA NAVAL

No dia 17 de outubro, o Diretor do Departamento Cultural do Clube Naval, C Alte (Ref^o-FN) José Henrique Salvi Elkfury, compareceu à Escola Naval para a cerimônia de entrega dos prêmios aos vencedores do Concursos de História do Brasil e de Liderança. A seguir, destacamos os temas e os vencedores desta edição:

Concurso História do Brasil 2023

Tema: "Impérios em Concorrência: Disputas de Territórios e Rotas Marítimas na Época Moderna"
Vencedor: Aspirante Lucas Lima dos Santos

Concurso Liderança 2023

Tema: "O Papel Atual da Inteligência Emocional na Liderança Militar dos Oficiais da Marinha do Brasil"
Vencedor: Aspirante Matheus Roberto Flausino Ribeiro



Na foto, o Diretor do Departamento Cultural do Clube Naval entrega os prêmios aos vencedores

CÍRCULO LITERÁRIO

No trimestre de encerramento de suas atividades anuais, o Círculo Literário promoveu com sucesso dois eventos que reuniram grande número de entusiastas das letras. Em 25 de outubro, foi realizado o 11º Seminário Literário, evento que se destacou pelo já tradicional "Encontro de Poetas" e pela entrega dos prêmios do Concurso Literário de 2023 a talentosos escritores, poetas e amantes da literatura. Em 6 de dezembro, dia oficial do encerramento das atividades do Grupo, a programação incluiu um Recital, um Seminário Literário, o "Encontro de Poetas" e uma apresentação marcante do coral Vocalizart.



ENCERRAMENTO FEMAR

No dia 1º de novembro foram entregues os certificados aos participantes do Curso de Logística, ministrado pela professora Valdenize Oliveira, oferecido aos sócios gratuitamente pela Fundação de Estudos do Mar (FEMAR), em parceria com o Clube Naval. Na foto, a Assessora do Departamento Cultural, Comandante Ana Cláudia, a Coordenadora de Ensino da FEMAR, Érica Nuñez, a professora do curso e os alunos, no dia do encerramento.



CERIMÔNIA DE PREMIACÃO DO CONCURSO ALMIRANTE PAULO MOREIRA DA SILVA

Em 16 de novembro, data em que se comemora o Dia da Amazônia Azul, foi realizada, no Salão Vermelho do Clube Naval, a cerimônia de premiação do Concurso Almirante Paulo Moreira da Silva 2023. Destinado a estudantes de graduação e pós-graduação de instituições brasileiras reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, o concurso visa destacar trabalhos inéditos relacionados à atividade marítima nas vertentes "Defesa da Pátria" e "Economia do Mar".

O vencedor foi o Capitão de Mar e Guerra (IM) Marcelo Gameleira Corrêa, que conquistou o prêmio com o trabalho *Amazônia Azul: desafios e ações visando ao protagonismo brasileiro no Atlântico Sul*. O Presidente do Clube, Almirante Prado Maia, entregou pessoalmente o prêmio ao vencedor após este realizar uma envolvente e esclarecedora apresentação sobre o conteúdo abordado em seu trabalho, cuja síntese se encontra publicada nesta edição da Revista.



DOAÇÃO DE ESPADAS

No dia 30 de novembro, o Clube Naval realizou a tradicional cerimônia de doação de espadas aos Aspirantes da Escola Naval. O evento contou com a presença do Presidente, Diretores e sócios do Clube, além de familiares e amigos dos agraciados.



BACALHAU DO PRESIDENTE

Dia 14 de dezembro, o Presidente do Clube Naval, Almirante Prado Maia, acompanhado de sua Diretoria, celebrou com os sócios, no Salão dos Conselheiros, a confraternização de final de ano "Bacalhau com o Presidente". Na ocasião, transmitiu a todos votos de Feliz Natal e prosperidade para o próximo ano.



A Marinha nas celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil e da Esquadra

Entre setembro de 2021 e novembro de 2023 a Marinha participou das comemorações dos 200 Anos da Independência do Brasil realizando eventos de caráter cívico-militar, cultural, esportivo, ecológico, social e beneficente, que contaram com a participação de instituições acadêmicas, Sociedade dos Amigos da Marinha (SOAMAR), Grupos de Escoteiros do Mar, escolas públicas e privadas e associações civis e militares, além de atividades organizadas pelo Governo Federal e por estados e municípios.

Nesta edição, entrevistamos o Vice-Almirante (RM1) José Carlos Mathias, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), que presidiu a Comissão Intersetorial MB200 (CI-MB200), criada pelo Comandante da Marinha em 2019 para organizar e coordenar, no âmbito da Marinha do Brasil (MB), o Calendário de Comemorações dos 200 Anos da Independência do Brasil (Calendário MB200).

RCN • Qual a principal mensagem pretendida com essa extensa programação de eventos para celebrar a Independência do Brasil?

ALMIRANTE MATHIAS • O Calendário MB200 teve como finalidade mostrar a importância do Poder Naval para um país com as dimensões e a posição oceanopolítica do Brasil. Para isso, tivemos eventos mostrando que a História do Poder Naval Brasileiro se confunde com a História do Brasil, afinal, pelo mar os portugueses aqui chegaram em 1500, aplicando conhecimentos adquiridos na mítica Escola de Sagres, e, pelo mar, invasores foram expulsos. Além disso, a expansão para o Oeste seguiu bacias hidrográficas, como nas expedições de Pedro Teixeira e



Vice-Almirante (RM1) José Carlos Mathias, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

Raposo Tavares. No processo de emancipação política, em 1822-1823, a Armada Imperial foi fundamental para assegurar a independência e a integridade do território e, desde então, a Marinha tem participado da defesa da Pátria, como nas Guerras da Cisplatina e da Tríplice Aliança e nas duas Guerras Mundiais do século 20. Além disso, teve papel relevante na ampliação da fronteira Leste, por meio do levantamento da Plataforma Continental, assegurando a “conquista” da Amazônia Azul, com seus inestimáveis

veis recursos naturais e sua importância estratégica e ambiental, tem sido empregada como instrumento de Política Externa ao participar de Operações de Paz conduzidas por organismos internacionais, e está sempre pronta para “cuidar da nossa gente”, levando ajuda às populações ribeirinhas na Amazônia e no Pantanal e apoiando agências governamentais por ocasião de catástrofes ambientais e no combate aos crimes transnacionais.

RCN • Quais eventos marcaram o início das celebrações?

ALMIRANTE MATHIAS • Dois eventos, em setembro de 2021, marcaram o início das comemorações: Seminário “Aspectos Geopolíticos das Grandes Navegações e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação”, na Escola de Guerra Naval (EGN), nos dias 1º e 2 de setembro, com palestrantes brasileiros e portugueses, inclusive o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal, Almirante António Manuel Fernandes Silva Ribeiro, e, em 7 de setembro, cerimônia alusiva à mítica Escola de Sagres, no Navio-Escola “Brasil”, atracado em Lisboa.

Ainda em 2021 também tivemos: no Rio de Janeiro, RJ - abertura da Exposição “Atlântico Sul na construção do Brasil Independente”, no Museu Naval, com obras raras da Biblioteca da Marinha; seminário internacional em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); concerto da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) “A Marinha de Tamandaré: das Grandes Navegações à Consolidação da Independência do Brasil”, com participação, à distância, da Banda da Armada Portuguesa; e atividades acadêmicas para Aspirantes da Escola Naval (EN) e Alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW). Também ocorreram exposição de artes no Colégio Naval, Angra dos Reis (RJ); mostra de artes e palestra em São Luís (MA), sobre o fim da França Equinocial, com destaque para a atuação de Jerônimo de Albuquerque, primeiro brasileiro a comandar força naval na defesa do Brasil; rústica natatória em Santarém (PA), para lembrar a Expedição de Pedro Teixeira; regatas ecológicas, no contexto do Dia Mundial da Limpeza – “Mar Limpo é Vida”, realizadas nos Distritos Navais (DN); e Regata “Volta à Ilhabela”, com apoio do Yatch Clube de Ilhabela e participação dos veleiros “Villegagnon”, da Escola



Seminário “Aspectos Geopolíticos das Grandes Navegações e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação”, na EGN, em 1º e 2 de setembro de 2021



Mostra de artes “Fim da França Equinocial”, no São Luís Shopping em São Luís (MA), entre 4 e 7 de novembro de 2021

Naval, “Caçõ”, do Colégio Naval, “Pegasus”, do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), e mais 35 veleiros.

RCN • Em 2022 houve celebrações alusivas ao processo de emancipação e ao Bicentenário da Esquadra. Quais fatos referentes aos 200 Anos da Independência tiveram destaque?

ALMIRANTE MATHIAS • Dois fatos marcantes do nosso processo de independência foram lembrados: a transferência da família real para o Brasil, em 1808, e a independência propriamente dita.

A vinda da família real foi memorada com uma cerimônia cívico-militar na Praça Mauá, RJ, com o Seminário “Jornada dos Vassalos e Abertura dos Portos às Nações Amigas”, em Salvador (BA), e com uma Parada Após o Pôr do Sol, na Fortaleza de São José (RJ), lembrando



Abertura da Exposição “Atlântico Sul na construção do Brasil Independente”, no Museu Naval, em 9 de novembro de 2021

que a vinda da Corte representou o início do novo processo de emancipação.

Para celebrar a Independência do Brasil, houve diferentes tipos de atividades em todos os DN e no exterior, destacando-se:

- Abertura da Semana da Pátria, em 4 de setembro, com a troca da Bandeira Nacional na Praça dos Três Poderes, em Brasília, incluindo apresentação da Banda Marcial do CFN;
- Seminário “O Poder Naval Brasileiro: da Independência ao Futuro”, na EGN, no Rio de Janeiro (RJ) nos dias 5 e 6 de setembro, seguido do lançamento, pela Casa da Moeda, de Medalha da Série Bicentenário da Independência, homenageando Dona Maria Leopoldina, primeira Imperatriz do Brasil;
- Concerto da Banda Sinfônica do CFN, no Theatro Municipal de São Paulo, em 6 de setembro;
- Desfiles em todos os DN em 7 de setembro, sendo que no Rio de Janeiro, houve Parada



Naval e Aeronaval, com 22 navios, dos quais doze estrangeiros, apresentação da Banda Marcial do CFN e salvas de 21 tiros, pelo Navio-Aeródromo Multipropósito “Atlântico” e pelo Forte de Copacabana, perto do horário da Proclamação da Independência; em Manaus, Parada Naval com participação de navios da Colômbia e do Peru, presentes para a Operação “BRACOLPER 2022”; e instalação de placa no Monumento Extremo Oiapoque, por militares do 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas, após percorrerem 600 km a pé em quinze dias, celebrando, também, os noventa anos de criação daquela Organização Militar (OM); visitas em navios no Píer Mauá, RJ, incluindo o Navio-Escola “Sagres”, de Portugal; cerimônia a bordo do NE “Brasil”, em Lisboa; e evento em Manama, capital do Reino de Bahrain, onde o Almirante brasileiro então Comandante da *Combined Task Force 151*⁽¹⁾ recebeu representantes de nações amigas; e

- Encerrando a Semana da Pátria, em 10 de setembro foi conduzida uma Revista Naval, no Rio de Janeiro, quando o Presidente da República, a bordo do Navio-Patrolha Oceânico “Apa”, passou em revista os 22 navios que haviam participado da Parada Naval. Três caças AF-1 e helicóptero UH-15 sobrevoaram a formatura e quarenta Escoiteiros do Mar embarcaram em três navios.

Vale ressaltar que a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) produziu cartas náuticas comemorativas para orientar o posicionamento dos navios na Parada Naval e na Revista Naval e para servir como registro histórico desses eventos.

RCN • E em relação ao 200º Aniversário da Esquadra Brasileira?

ALMIRANTE MATHIAS • O Aniversário da Esquadra tem como referência a data 10 de novembro de 1822, quando, pela primeira vez, a Bandeira do Império foi hasteada na Nau “Dom Pedro I”. Assim, na cerimônia alusiva ao 199º Aniversário da Esquadra, em novembro de 2021, foi lançada a logomarca adotada pela Marinha nas comemorações do Bicentenário da Independência, que tem como tema o Bicentenário da Esquadra.

Concerto da Banda Sinfônica do CFN “A Marinha de Tamandaré: das Grandes Navegações à Consolidação da Independência do Brasil”, na Fortaleza de São José, em 10 de dezembro de 2021



Etapa brasileira da Velas Latinoamérica, no Rio de Janeiro, de 13 a 20 de fevereiro de 2022

Em 2022, a efeméride foi celebrada com cerimônia no Complexo Naval do Mocanguê, Niterói (RJ) que incluiu o lançamento de Selo, de Medalha Comemorativa do Calendário Numismático do Clube da Medalha e Casa da Moeda e dos livros “Voga” e “200 Anos da Esquadra”, a inauguração de monumento e o descerramento de placa, além de Gincana de Pinturas, regatas de remo em escaler e a vela, missa, exposição de pinturas, trabalhos marinhos e fotografias e passeios marítimos na Baía de Guanabara.

Também em Salvador (BA), houve cerimônia cívico-militar a bordo do Navio de Desembarque Multipropósito “Bahia”.

RCN • Esses eventos mostram que o ano de 2022 realmente foi pleno de atividades destinadas às comemorações da nossa Independência. Que outras poderiam ser citadas, considerando que estamos tratando dos duzentos anos do Brasil soberano?

ALMIRANTE MATHIAS • Realmente 2022 é um marco muito significativo para a História da Marinha e do Brasil, por isso também podemos mencionar as seguintes atividades:

- Abertura de duas exposições no Museu Naval: “Do Amazonas ao Prata: a Força Naval na conformação de um território brasileiro unificado”, apresentando o papel da Armada Imperial no processo de Independência e na conformação do território, reunindo acervo

da MB original do período, incluindo objetos pessoais do Marquês de Tamandaré e do Almirante Cochrane, Livros de Navios e um dicionário proveniente da Academia Real dos Guardas-Marinha; e “O Poder Naval na formação do Brasil”, com as salas “Consolidação e Independência”, “O Poder Naval como instrumento de política nacional” e “Batalha Naval do Riachuelo”, além de espaço sobre batalhas do Período Regencial;

- Exposições “MB na Independência e sua contribuição no desenvolvimento do país”, em Florianópolis (SC), e “Expedição Guarda-Costas - Fundação de S. Vicente”, junto com o Salão de Belas Artes “Fundação de S. Vicente - Expedição de Raposo Tavares”, em Santos (SP);
- Exposições em meios navais durante viagens: NApOc⁽²⁾ “Iguatemi”, na Guiana Francesa e no Suriname; NPaFlu⁽³⁾ “Amapá”, em Tabatinga (AM); NPaFlu “Pedro Teixeira”, em Teffé (AM); Fragata “União”, NDCC⁽⁴⁾ “Almirante Sabóia” e NPaOc “Araguari”, em Fortaleza (CE); NPa⁽⁵⁾ “Goiana” em Natal (RN), e Recife (PE); NPa “Grajaú” em Recife; Corveta “Caboclo” em Ilhéus e Salvador (BA); NApOc “Mearim” e NPa “Benevente” em Porto Alegre (RS); NVe⁽⁶⁾ “Cisne Branco” em Fort Lauderdale, Flórida, EUA, Belém (PA), Natal (RN), Salvador (BA), Santos (SP), Paranaguá (PR), Itajaí (SC), Rio Grande e Porto Alegre (RS); NTrFlu⁽⁷⁾ “Paraguassú”, em Porto Murtinho (MS);
- “Um dia no Museu”, no Centro Cultural da Marinha, em Florianópolis (SC), e no Espaço Cultural do 5ºDN (Museu Naval do Rio



Parada após o Pôr do Sol “Chegada da Família Real ao RJ”, na Fortaleza de São José, em 26 de maio de 2022



Seminário Internacional Comemorativo do Centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, no Museu Naval, em 21 de junho de 2022



Simpósio “Participação do Marquês de Tamandaré na Guerra da Independência”, em Florianópolis (SC), em 28 de junho de 2022

Grande e a Praça Heróis Navais), no Rio Grande (RS);

- Exposição de nautimodelismo no 4ºDN;
- Salão de Artes “Bicentenário da Independência” e “O Corpo de Fuzileiros Navais”, em parceria com a Sociedade Brasileira de Belas Artes e Centro Cultural dos Correios, no RJ;
- Gincana de Pintura no Dia do Hidrógrafo;
- Concerto da Banda Sinfônica do CFN “Os 200 Anos da Independência do Brasil contados através da música”, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro (RJ), e apresentação Musical “Entardecer Patriótico”, no Forte do Brum, em Recife (PE), com banda formada por militares da MB, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco;
- Missa solene na Catedral Basílica de São Salvador (BA), e Culto em Ação de Graças pelos 200 anos da Independência do Brasil, na EN.
- Palestras no Clube Militar (RJ), na Itaipú Binacional, Foz do Iguaçu (PR), e na EN;
- Seminários “A Independência do Brasil e o Mar”, em parceria com o IHGB, no RJ; “Participação de Tamandaré na Guerra da Independência”, em Florianópolis (SC); “O Servidor Civil da MB nos 200 anos da Independência” e “Saúde Naval – 200 Anos da Independência”, no RJ; “Amazônia Azul e o desenvolvimento do País”, nos DN; “MB no Pantanal e sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil”, no 6ºDN; “A MB na Guerra da Independência”, para os Aspirantes da EN e sobre História e Tradições Navais para os Alunos do CFO/CIAW, tendo como tema “Participação das Forças Armadas na Independência”;

- Simpósio “200 anos da Independência e a Liderança Estratégica na Formação do Estado Brasileiro”, no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, incluindo estudos de casos sobre o uso da liderança estratégica por José Bonifácio e pelo Almirante Cochrane;
- VI Jornada do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, com o tema “Os Capelães Navais na Independência do Brasil”;
- Navegação para lembrar a expedição de Pedro Teixeira feita pelo NPFLu “Amapá”, na Operação Orion, em Tabatinga (AM), com visita pública e palestra;
- A tradicional Regata da EN e a etapa brasileira da Velas Latinoamérica;
- Cerimônias cívico-militares sobre a chegada da MB em Manaus e criação da Floti-



Corrida do CFN “200 Anos da Independência”, no Rio de Janeiro, em 10 de julho de 2022



Transferência do Submarino “Riachuelo” ao Setor Operativo e Mostra de Armamento, em Itaguaí (RJ), em 1º de setembro de 2022

Iha do Amazonas, incluindo as exposições “Conquista da Amazônia - Expedição Pedro Teixeira” e “Reconhecimentos nos rios amazônicos e formação do Estado Brasileiro”, em Manaus (AM), e sobre a Batalha de Guaxenduba, seguida de palestra e abertura da Mostra de Artes no Museu Marítimo, em São Luís (MA);

- Produção de documentário sobre "A MB na Independência do Brasil", pelo Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM); e
- Eventos nos DN referentes à MB na Independência, como cerimônias cívico-militares, palestras em escolas, apresentações musicais, salões de belas artes, seminários de liderança, campanhas de doação de sangue, competições esportivas e regatas ecológicas.

RCN • Por que o Calendário MB200 se estendeu até 2023?

ALMIRANTE MATHIAS • O 7 de setembro é emblemático para nossa Independência, mas, na realidade, a separação de Portugal foi um processo que, como já vimos, iniciou em 1808 e só foi concluído em 29 de agosto de 1825, com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal, envolvendo combates, em 1823, contra as tropas lusitanas que aqui estavam e contra as reações nas províncias que queriam se manter fiéis à Coroa portuguesa.

Assim, foram organizadas algumas atividades para relembrar esses feitos, tais como:

- Cerimônia cívico-militar no Forte de São Lourenço, na Ilha de Itaparica, e regata na Baía de Todos os Santos, alusivas à Batalha Naval de 4 de Maio;

Concerto da Banda Sinfônica do CFN “A Independência do Brasil”, no Theatro Municipal de São Paulo, em 6 de setembro de 2022

- Cerimônia cívico-militar no Forte do Mar, atual Forte de São Marcelo, e concerto da Banda Sinfônica do CFN no Farol da Barra, em Salvador, comemorando a Independência na Bahia, ocorrida em 2 de julho de 1823 – na sequência, a Banda Sinfônica do CFN realizou concerto no Teatro Tobias Barreto, em Aracaju (SE);
- Palestra na Universidade Estadual do Maranhão, para lembrar a adesão daquela província à Independência, em 28 de julho de 1823, após batalha vencida pelo Almirante Cochrane, por isso reconhecido como o primeiro marquês do Maranhão;
- Concerto da Banda Sinfônica do CFN em Belém (PA), e exposição e apresentação musical na praça de alimentação do shopping Ponta Negra, em Manaus (AM), para comemorar a adesão da Província do Grão-Pará à Independência, efetivada em 15 de agosto de 1823;
- Simpósio realizado pela Capitania dos Portos do Mato Grosso na Escola Tiradentes, em Cuiabá, MT alusivo à adesão daquela província à Independência;
- Exposições de nautimodelismo nos 7º e 9ºDN;



Um dia no Museu, no Espaço Cultural do 5º DN, em Rio Grande, em 3 de setembro de 2022





Parada Naval e Aeronaval no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 2022



O Navio-Aeródromo Multipropósito “Atlântico” com a tripulação no convoo formando o número 200 durante a Parada Naval

- Campeonato regional PROFESP⁽⁸⁾ “200 anos da Independência” no 5ºDN; e
- Projeto Marinheiro por um dia, para crianças e adolescentes, no 6ºDN.

Por ocasião do 201º Aniversário da Esquadra foram memorados, também, o retorno da Fragata “Nichteroy”, em 9 de novembro de 1823, após perseguição da frota lusitana até o Rio Tejo, e a retirada final dos portugueses da província Cisplatina, ocorrida em 18 de novembro de 1823. Com relação à Fragata “Nichteroy”, comandada por John Taylor, é sempre bom lembrar que integrava sua tripulação o voluntário Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré, nosso Patrono, e sobre esse assunto foi realizada uma palestra em Florianópolis (SC).

RCN • Houve alguma outra participação de portugueses nas celebrações, além dos palestrantes nos seminários e da presença do NE “Brasil” em Lisboa, em 2021 e 2022?

ALMIRANTE MATHIAS • Pergunta muito pertinente, que nos remete a 1922, quando foi celebrado o Centenário da Independência do Brasil, contando com a presença do Presidente de Portugal, António José de Almeida, e com especial homenagem conduzida por dois oficiais da Marinha Portuguesa, Comandante Sacadura Cabral e Almirante Gago Coutinho, que, empregando hidroaviões, realizaram a Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul (1ªTAAS), entre Lisboa e Rio de Janeiro, sendo recebidos na então Escola de Aviação Naval, na Ilha das Enxadas, onde hoje está o CIAW. Para lembrar esse histórico feito e contribuir com as comemorações referentes ao Bicentenário da Inde-

pendência, três iniciativas foram promovidas pelos irmãos portugueses:

- Expedição Lusitânia, travessia organizada pelas Associações David Melgueiro e Nacional de Cruzeiros, que, com seis veleiros, seguiu a mesma rota dos hidroaviões de 1922, saindo de Lisboa e chegando no Departamento Náutico do Clube Naval, em Niterói, RJ;
- Comissão formada por oficiais da Marinha e da Força Aérea de Portugal, que realizou visitas no NAM “Atlântico”, no CIAW, em diversas OM da Marinha e da FAB e em instituições portuguesas, participou do Seminário Internacional “Centenário da 1ªTAAS”, no Museu Naval, e assistiu concerto da Banda Sinfônica do CFN no Teatro Municipal; e
- Inauguração de placa, oferecida pela Embaixada de Portugal, próxima ao pórtico do



Revista Naval no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2022

1ºDN, na Praça Barão de Ladário, que foi descerrada pelo Presidente da República de Portugal.

RCN • Em 1961, durante visita ao Instituto de Pesquisas da Marinha, Julius Robert Oppenheimer disse que “... os subprodutos das atividades científicas e tecnológicas da Marinha ... são outros tantos fatores fecundos do progresso nacional pelos benefícios que trazem à indústria, ao comércio, às universidades, à comunidade em geral”. Fazendo jus à assertiva do cientista norte-americano, a Marinha muito tem contribuído para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Como foram mostrados esses relevantes feitos?

ALMIRANTE MATHIAS • Outra ótima pergunta, pois, considerando o elevado conteúdo tecnológico dos meios navais, aeronavais e de fu-



Fachadas de OM iluminadas – Semana da Pátria de 2022: Ilha Fiscal, Edifício Almirante Gastão Motta e CIAW

zileiros navais e a importância de conhecer o ambiente marinho e os fenômenos antárticos que impactam nosso território e seu entorno, a Marinha, por meio da construção naval, iniciada com a criação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) em 27 de dezembro de 1763, da condução de pesquisas em Ciências do Mar e na área nuclear e da realização das expedições à Antártica, inclusive mantendo uma estação científica no continente gelado, tem promovido relevantes contribuições para o Brasil na busca da sua “independência” em Ciência, Tecnologia e Inovação, além de, com essas ações, fortalecer o Poder Naval. Nesse contexto, as seguintes cerimônias foram incluídas no Calendário MB200:

- Dia da Ciência e Tecnologia, em Brasília, em homenagem ao Almirante Álvaro Alberto, com entrega do Prêmio “Soberania pela Ciência” e abertura da Exposição “Um Mar Chamado Tempo: 200 anos de avanços tecnológicos da MB”, no Planetário “Luís Cruls” – essa exposição também foi apresentada ao público em geral em Itaguaí (RJ), no Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade de São Paulo e no Museu Oceanográfico da Marinha, em Arraial do Cabo (RJ);
- Mostra de Armamento do Submarino “Riachuelo”, em Itaguaí (RJ); início da fabricação das Fragatas Classe “Tamandaré”, em Itajaí (SC); Mostra de Armamento do NPa “Maracanã” e lançamento do livro “A construção Naval Militar no Brasil: Passado de glórias. Futuro de vitórias!”, no AMRJ; e Corte da Primeira Chapa da Seção de Qualificação do Navio Polar “Almirante Saldanha”, no Estaleiro Jurong Aracruz, em Aracruz (ES), e do primeiro submarino com propulsão nuclear brasileiro, SN-BR “Álvaro Alberto”;
- Cerimônias alusivas aos quarenta anos do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com assinatura, pelo Presidente da República, de decreto atualizando a Política Nacional para Assuntos Antárticos, e da primeira expedição brasileira à Antártica, com presença de integrantes daquela viagem pioneira, a bordo do Navio Polar “Almirante Maximiano”; e
- Aniversário do Corpo de Engenheiros da Marinha, incluindo inauguração de Espaço Expositivo com banners referentes à história da construção naval e seu estágio presente e com maquetes de navios construídos no AMRJ.



Cerimônia alusiva aos 40 anos da Primeira Expedição Brasileira à Antártica, no NPo "Almirante Maximiano", em 4 de outubro de 2022

RCN • Além desses eventos específicos, que outras ações foram desenvolvidas nesses três anos?

ALMIRANTE MATHIAS • Entre 2021 e 2023, a Operação Cisne Branco, as revistas e periódicos produzidos no âmbito da MB e o PROLEITURA⁽⁹⁾ abordaram temas alusivos ao Bicentenário da Independência e da Esquadra e, para escolares visitantes dos espaços museais da MB, a DPHDM organizou um jogo didático que incentiva o conhecimento da História Naval Brasileira.

As turmas dos cursos de formação de oficiais e praças tiveram como patronos, em 2022, personagens do processo de Independência, como José Bonifácio, Almirante Luís da Cunha Moreira, Almirante Cochrane e Dom Pedro I.

A DPHDM, visando à divulgação da participação da Marinha na Independência, produziu palestra em powerpoint, exposição bilingue com banners e organizou painéis para apresentação nos cursos de formação de oficiais e praças, ficando os arquivos disponíveis na internet para uso pelas OM em geral.

A Diretoria-Geral de Navegação (DGN) e a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), com apoio

do CCSM, prepararam palestra sobre a “Amazônia Azul”, para aplicação em simpósios realizados no âmbito dos DN, que também foi disponibilizada na internet. Além disso, em novembro de 2022 foi lançado o livro “Economia Azul como Vetor do Desenvolvimento Nacional”, organizado pela DGN.

Por ocasião das cerimônias de aniversários de OM, Corpos e Quadros da Marinha, houve destaque, nas ordens do dia, para suas eventuais contribuições ao desenvolvimento do Brasil no passado e no presente e as perspectivas para o futuro.

Nas Operações de Assistência Hospitalar a populações ribeirinhas (ASSHOP), Ações Cívico-Sociais (ACISO) e atividades similares realizadas entre 2021 e 2023, foram feitas palestras e exposições referentes à participação da MB na Guerra da Independência e suas contribuições ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil nos últimos duzentos anos.

Houve, ainda, cerimônias para inauguração ou reinauguração de monumentos, em especial com homenagens ao Almirante Tamandaré e ao Almirante Barroso; nos DN, fachadas de OM e navios receberam iluminação nas cores azul, verde e amarelo durante a Semana da Pátria em 2022 e, entre 15 de março e 31 de dezembro de 2022, o selo do Bicentenário da Independência do Brasil e a marca do Bicentenário da Esquadra foram inseridos nos documentos da MB.

RCN • Realmente foram muitas atividades, envolvendo todos os segmentos da Marinha, voltados tanto para o público interno como para a sociedade brasileira, além de projeção



Regata da Escola Naval “200 Anos da Independência”, em 9 de outubro de 2022



Inauguração de Monumento alusivo ao Bicentenário da Esquadra, em 16 de novembro de 2022

no âmbito internacional. Qual sua avaliação sobre essa extensa programação do Calendário MB200?

ALMIRANTE MATHIAS • Os 281 eventos e produtos realizados entre setembro de 2021 e dezembro de 2023 atenderam o propósito definido para as celebrações referentes ao Bicentenário da Independência do Brasil e da Esquadra, mostrando à Família Naval, à sociedade brasileira e às nações amigas a valiosa participação da Armada Imperial no processo de emancipação política do Brasil, a importância de o País dispor de um Poder Naval apropriado para defender seu território contra invasões pelo mar e pelas bacias hidrográficas e de contar com uma Marinha que assegure a “conquista” e a manutenção



Cerimônia alusiva à Independência na Bahia, realizada em 2 de julho de 2023, no 2ºDN, voltada para o Forte São Marcelo (Forte do Mar) onde, em 2 julho de 1823, João das Botas, líder da frota de canoas e de saveiros que bloqueava Salvador, hasteou uma bandeira verde e amarela

da Amazônia Azul, que contribua para o desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do seu Programa Nuclear, pelo estudo das Ciências do Mar e pelo apoio ao Programa Antártico Brasileiro, que promova a construção naval no País e que esteja em condições de realizar ações em proveito da Diplomacia de Defesa, além de defender nossas riquezas e cuidar da nossa gente.

“TUDO PELA PÁTRIA!” ■

NOTAS

- (1) Força-tarefa multinacional constituída para atuar na região do Chifre da África
- (2) NApOc: Navio de Apoio Oceânico
- (3) NaPaFlu: Navio-Patrolha Fluvial
- (4) NDCC: Navio de Desembarque de Carros de Combate
- (5) NPa: Navio-Patrolha
- (6) NVe: Navio-Veleiro
- (7) NTrFlu: Navio-Transporte Fluvial
- (8) PROFESP: Programa Forças no Esporte – destinado ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade social, com a finalidade de promover a valorização da pessoa, reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis e de atividades socialmente inclusivas, realizadas no contraturno escolar, dentro de OM.
- (9) Programa de incentivo à leitura direcionado a oficiais e praças da Marinha.



Exposição sobre o Bicentenário da Independência e Apresentação Musical no Shopping Ponta Negra, Manaus (AM), em 15 de agosto de 2023

O RETORNO *POST MORTEM* DA FAMÍLIA IMPERIAL PARA O BRASIL

Jaime Florencio de Assis Filho*

Nas edições anteriores, esta Revista publicou, como parte das comemorações dos 200 anos de nossa Independência, artigos sobre a vinda da família real portuguesa para o Brasil e suas consequências benéficas, no período de 1807 a 1822, para diversos setores da então colônia.

Neste artigo, traremos fatos históricos dos traslados dos restos mortais de ilustres componentes da família imperial brasileira que retornaram ao cenário europeu, ainda no século 19, ora por vontade própria, ora exilados, após a Proclamação da República. À exceção da Imperatriz Leopoldina, que faleceu e foi sepultada no Brasil, veremos em que situação deixaram o País os seguintes personagens, bem como os motivos que determinaram o posterior retorno *post mortem*: D. Pedro I e sua segunda esposa; D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina; e a Princesa Isabel e seu marido, o Conde d'Eu.

D. PEDRO I E AMÉLIA DE LEUCHTENBERG

Visando garantir a manutenção da dinastia dos Bragança, o então Príncipe-Regente casou-se com a Arquiduquesa do Império Austro-Húngaro Carolina Josefa Leopoldina. O enlace foi realizado em Viena, por procuração, em 13 de maio de 1817. Leopoldina chegou logo ao Brasil, em 5 de novembro, sendo recebida com pompas e circunstâncias, casando-se na capela real no dia seguinte, tendo tido grande participação nos momentos

que antecederam e na própria Independência do Brasil.

Depois do “Grito do Ipiranga”, D. Pedro foi aclamado Imperador do Brasil, adotando o título de D. Pedro I e Defensor Perpétuo do Brasil. Os laços com Portugal haviam sido cortados, mas nem tudo foram flores para o nosso monarca. Os meses subsequentes ao “Grito de Independência” não foram fáceis para o Imperador que, a todo custo, esmerava-se em manter a integridade nacional, pelo fato de as Províncias do Norte e Nordeste não aceitarem as ordens emanadas do Rio de Janeiro, mantendo-se, ainda, fiéis àquelas vindas de Lisboa. Essa integridade só viria a ser obtida após a criação da Marinha Imperial brasileira e das chamadas Guerras de Independência.

Desde então e até 1831, foram vários os contratemplos enfrentados pelo Imperador, como a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824. D. Pedro I contribuiu muito para o bem-estar do seu povo, mas também cometeu várias ações despropositadas que vieram concorrer, ao longo do tempo, para a sua impopularidade e profundo desgosto para a Imperatriz Leopoldina, que veio a falecer por motivo de um aborto espontâneo. A derrota das tropas imperiais brasileiras na Província Cisplatina e a consequente perda de seu território também foi motivo de insatisfação e instabilidade na sua gestão.

A Imperatriz Leopoldina faleceu no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, em 11 de dezembro de 1826. A cerimônia fúnebre



foi presidida por Francisco Mont'Alverne, pregador oficial do Império do Brasil. Ela foi sepultada no Convento da Ajuda, no Rio de Janeiro. Com a demolição do Convento, em 1911, para a construção da atual Cinelândia, seus restos mortais foram trasladados para o Convento de Santo Antônio, também nessa cidade, onde, mais tarde, foi construído um mausoléu para ela e alguns membros da família imperial. Em 1954, por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo, foi transferida para essa cidade, onde repousou no Palácio dos Campos Elísios, sede do governo do Estado, e na Catedral da Sé, antes de seguir, em definitivo, para a Capela Imperial, localizada sob o Monumento do Ipiranga.

Após a morte de Leopoldina, o Imperador Pedro I casou-se, em maio de 1829, por procuração, com a Princesa Amélia de Leuchtenberg, depois de infrutíferas tentativas do Marquês de Barbacena para encontrar-lhe uma noiva, dificuldades essas causadas pelas atitudes do Imperador para com a falecida Leopoldina – infidelidade e maus-tratos –, fortemente alardeados por toda a Europa.

Posteriormente, a sua baixa popularidade em Minas Gerais, demonstrada pela forma hostil quando de sua visita a essa província, entre outros fatores, contribuiu para a sua abdicação à Coroa do Brasil, em 7 de abril de 1831, em favor do seu único filho varão, Pedro de Alcântara, ainda menor de idade, e o seu retorno para a Europa.

Findo o seu período no Brasil, iniciou-se uma nova etapa de sua vida, a da reconquista do trono de Portugal, do qual abdicou, após a mor-



Jornal de 1972 noticia os festejos do Sesquicentenário e a chegada dos restos mortais de Dom Pedro I

Fonte: BN Digital

te de D. João VI, em 1826 (aclamado como D. Pedro IV), em nome de sua primogênita Maria da Glória (com nove anos à época), usurpado que fora pelo irmão, o Rei absolutista Miguel I. Disso resultou a guerra travada entre os irmãos, também chamada de Guerras Liberais, que, apesar de fascinantes, fogem ao escopo deste artigo.

Em 1834, portanto, depois do término das guerras entre irmãos, com o trono da filha reconquistado, seu quadro de saúde não era dos melhores, pois havia contraído tuberculose e veio a falecer no mesmo quarto em que nasceu, no Palácio de Queluz. Seu corpo foi sepultado no Panteão dos Bragança, no interior do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, e seu coração foi levado para a capela-mor da Igreja da Lapa, na cidade do Porto, onde permanece até hoje.

Em 1972, como parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, seus restos mortais foram trasladados do Panteão da Dinastia de Bragança (Lisboa) para a Cripta Imperial do Monumento do Ipiranga (São Paulo).

O esquife foi trazido a bordo do navio de passageiros Fun-

Os despojos de D. Pedro I sendo transportados para a cripta no Monumento da Independência, em São Paulo (1972)

Fonte: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/acervo,a-vinda-dos-restos-mortais-de-dpedro-i-para-o-brasil,43444>



Projeto de ornamentação para o transporte dos despojos de D. Pedro I

Fonte: Arquivo Nacional

chal, onde estava embarcado o Presidente de Portugal Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz. A urna com os restos de D. Pedro I desembarcou no ancoradouro do Morro da Viúva e foi conduzida por um carro de combate do Exército Brasileiro (EB) até o Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo. Estavam presentes o Presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici e outras autoridades. O cortejo seguiu até o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, local da primeira de muitas vigílias realizadas em várias cidades do Brasil.

O périplo terminou em São Paulo, onde o ataúde de D. Pedro I foi sepultado na Cripta Imperial (Monumento do Ipiranga), onde já se encontrava, desde 1954, os despojos da Imperatriz Leopoldina. Amélia de Leuchtenberg, Imperatriz consorte do Brasil, no período de 1829 a 1834, sepultada que fora no Panteão dos Bragança em 1873, teve o seu corpo trasladado para esse monumento em 1982.

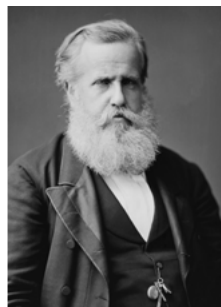
A Imperatriz Amélia estava junto a D. Pedro I, quando de sua morte, em 24 de setembro de 1834, no Palácio de Queluz. Desde então, passou a dedicar-se a obras de caridade e a cuidar da sua filha com Pedro, Maria Amélia, então próxima a completar três anos. Levou uma vida pacata e recatada e não mais se casou. Com a morte prematura da princesa, em 1853, em Funchal na Ilha da Madeira, vítima de tuberculose, onde fazia o seu tratamento, gastou parte de sua fortuna com a construção do hospital "Princesa Dona Maria Amélia", específico para a cura dessa doença. Ela veio a falecer em Lisboa, em 26 de janeiro de 1873.

D. PEDRO II E TERESA CRISTINA

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, toda a família imperial foi convidada a partir para o exílio. Na madrugada do dia 17, ela foi embarcada às pressas no navio "Parnaíba", de onde foram reembarcados, mais tarde, no Paquete "Alagoas", que rumou para Portugal, escoltado até a Linha do Equador pelo Encouraçado "Riachuelo"⁽¹⁾, para garantir que D. Pedro II não desembarcasse em Salvador na tentativa de um retorno à monarquia.

Durante a travessia, D. Pedro II tomou conhecimento de um decreto do Governo Provisório que previa o recebimento de uma quantia para custear a vida da família no exílio, todavia, recusou-se a receber e viver à custa do erário. Ante a sua recusa, o governo republicano, em um gesto absolutamente desumano, decidiu banir a família imperial. Naturalmente, foi um baque para o Imperador e os seus entes queridos. Tanto que, ainda residindo em um hotel na cidade do Porto, em Portugal, Dona Teresa Cristina, que já estava doente no Brasil,

não resistiu a tamanha humilhação vindo a falecer, em 28 de dezembro de 1889, sendo sepultada no Panteão dos Bragança. Na ocasião, a Princesa Isabel encontrava-se na Espanha com a família. Após o sepultamento de Teresa Cristina, todos foram residir em Cannes, na França.



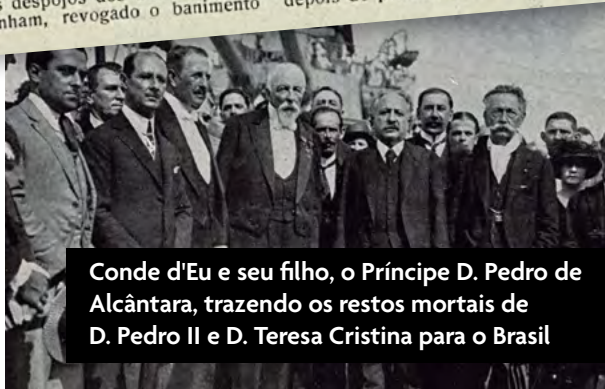
Tempos depois, D. Pedro II decidiu morar em Paris, onde tinha vários admiradores e amigos, como o escritor Victor Hugo e o cientista Louis Pasteur, entre tantos. Mas sua saúde estava muito frágil, vindo a falecer em 5 de dezembro de 1891. O governo brasileiro se recusou a prestar homenagens ao Imperador e não mandou

representantes às exéquias, da qual se encarregou o governo francês, considerando-o Chefe de Estado. As cerimônias foram realizadas na Igreja de Madeleine, em Paris. Posteriormente, sua urna foi trasladada para o Panteão dos Bragança, junto à de sua esposa, onde repousaram até 1921.

Nessa época o governo brasileiro decidiu trazê-los de volta ao Brasil, para as comemorações do Centenário da Independência, uma vez que a Lei do Banimento fora revogada em 1920,

A chegada á Patria dos restos mortaes dos ultimos imperadores

A cidade revestiu-se de um ar consternado de prece nesse sabbado em que deviam desembarcar em terras do Brasil os despojos dos ultimos imperadores. Com elles vinham, revogado o banimento da familia Imperial, dois representantes da dynastia, o Conde d'Eu e o Principe D. Pedro, que pela primeira vez deviam pisar o solo desta grande Patria depois de proclamada a Republica.



Conde d'Eu e seu filho, o Príncipe D. Pedro de Alcântara, trazendo os restos mortais de D. Pedro II e D. Teresa Cristina para o Brasil



O Encouraçado "São Paulo" aproximando-se do cais para o desembarque das urnas funerais e a multidão que as aguardava



As Forças Armadas prestaram honras de Chefe de Estado durante a chegada dos restos mortais dos ex-imperadores

Fotografias da Revista *Careta* - Ano 1921 / Ed. 0656
Fonte: BN Digital

durante o governo de Epitácio Pessoa. Portanto, no ano seguinte, após a visita dos reis belgas ao Brasil, conduzidos na vinda e no retorno à Bélgica a bordo do Encouraçado "São Paulo", o comandante do navio recebeu a tarefa de atracar em Lisboa e trasladar as urnas contendo os despojos dos soberanos brasileiros.

Uma vez no Rio de Janeiro, os corpos foram levados para a antiga Capela Imperial (Sé) onde

ficaram até 1925, ano do centenário de nascimento de Pedro II, quando então seguiram para o descanso eterno no Mausoléu Imperial, sito à Catedral de São Pedro de Alcântara, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

PRINCESA ISABEL E CONDE D'EU

Durante o banimento, após terem passado um período em Portugal, o casal residiu na França até o fim de seus dias. A Princesa Isabel faleceu em 14 de novembro de 1921, no Castelo d'Eu, localizado na Alta Normandia, e no ano seguinte, seu marido, o Conde d'Eu, então a bordo do navio transatlântico "Massilia", quando se dirigia ao Brasil para participar das comemorações do Centenário da Independência. Ambos foram sepultados na tumba da Casa d'Orleans, em Dreux, na França.

Em 1953, a Marinha do Brasil se fez representar nos festejos da coroação da Rainha da Inglaterra destacando para a Europa o Cruzador Ligeiro "Barroso". Na sequência, o navio foi designado para atracar no porto de Le Havre visando ao traslado dos restos mortais da Princesa Isabel e de seu marido para o Brasil. Os esquifes repousaram na antiga Capela Imperial,



Conde d'Eu no seu leito de morte a bordo do "Massilia", quando se dirigia ao Brasil para celebrar o Centenário da Independência do País

Fotografia da Revista "Careta" - Ano 1922/ Ed. 0742
Fonte: BN Digital



Jornal Correio da Manhã de 7 de julho de 1953

Fonte: BN Digital

na cidade do Rio de Janeiro até 9 de maio de 1971. Por três dias, ficaram na Igreja de N. S. do Rosários dos Homens Pretos, seguindo no dia 12 para a cidade de Petrópolis.

A chegada a essa cidade foi triunfal. Os corpos foram transportados por Fuzileiros Navais do Brasil até a antiga residência do casal onde passaram a noite sendo velados pelos Dragões da Independência do Exército Brasileiro. No dia seguinte (13 de maio), um cortejo conduziu os despojos até a Catedral de São Pedro de Alcântara, onde estavam presentes o Presidente Médici e sua comitiva. A Princesa Isabel e o Conde d'Eu foram definitivamente sepultados.

Finalizando este artigo, cabe mencionar que outros componentes da família imperial faleceram e foram sepultados no Brasil e se encontram, até os nossos dias, no mausoléu do Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, a saber: os Príncipes da Beira D. Miguel (1820-1820) e D. João Carlos (1821-1822); a Princesa D. Paula Mariana (1823-1833), filhos e filha

de D. Pedro I com a Imperatriz D. Leopoldina; os Príncipes imperiais D. Afonso Pedro (1845-1847) e D. Pedro Afonso (1848-1850), filhos de D. Pedro II e D. Teresa Cristina; e D. Luísa Vitória (1874-1874), filha natimorta da Princesa D. Isabel e do Conde d'Eu. Embora falecida na Ilha da Madeira, a princesa D. Maria Amélia (1831-1853), filha de Pedro I e da Imperatriz D. Amélia, encontra-se, também, sepultada nesse Convento. ■



Os restos mortais de Pedro II e sua esposa Teresa Cristina, bem como sua filha, a Princesa Isabel, e seu genro, Conde d'Eu, encontram-se sepultados no Mausoléu Imperial, em Petrópolis (RJ)



Última foto da família imperial no Brasil

NOTA

(1) Comandado à época pelo Capitão-Tenente Alexandrino Faria de Alencar.

REFERÊNCIAS

- <https://monarquia.org.br/a-familia-imperial/arvore-genealogica/dom-pedro-i/>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9lia_de_Leuchtenberg
- <https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/SaoPauloEncouracado1910-1951.pdf>
- [https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_de_Santo_Ant%C3%B4nio_\(Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Convento_de_Santo_Ant%C3%B4nio_(Rio_de_Janeiro))
- <https://www.youtube.com/watch?v=lzgzURCVFxl>
- <https://www.youtube.com/watch?v=xxTKK6mJ9EE>
- https://www.youtube.com/watch?v=50Cml8_qdlg

* Capitão de Mar e Guerra (Ref^o-FN)

OS FUZILEIROS NAVAIS NO PERÍODO REPUBLICANO (1889 - 1945)

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira*

Com o advento da República e a diminuição no estado de beligerância do Brasil, reflexo do estabelecimento pleno tanto do papel do Brasil na região quanto da queda de enfrentamentos intestinos, os fuzileiros passaram por difíceis momentos durante os primeiros cinquenta anos republicanos. Seu envolvimento em duas revoltas (da Armada e da Chibata) fez seu contingente diminuir consideravelmente, vindo a ser virtualmente extinto, tendo, inclusive, diversos políticos que apregoavam sua inclusão ou aos corpos de exército ou a uma “guarda-civil” de segurança dos navios e instalações navais.

Seriam os esforços de oficiais cômicos de sua importância para a Marinha e para o Brasil que permitiriam sua continuidade no tempo e seu estabelecimento como não apenas uma tropa sempre pronta e constantemente preparada para cumprir com suas tarefas constitu-

tivas, mas também dentro da cultura popular carioca e brasileira.

O presente artigo tem por propósito descrever os desafios encontrados pela administração naval nos primeiros cinquenta anos de República, aqui recortados como da proclamação até o fim da Era Vargas, com foco na estrutura da tropa. Por uma questão didática, dividir-se-á em dois tópicos cronológicos, não se abordando as questões internas em que foi envolvido o contingente anfíbio, como Revoltas da Vacina, do Forte Copacabana e Coluna Prestes.

Por conclusão, apresentar-se-á a importância do Almirante Protógenes Pereira Guimarães para a existência do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), bem como os esforços por ele realizados para fazer dos fuzileiros uma tropa distinta da Força Terrestre, dedicada ao desembarque operativo e também para uma miríade de tarefas, inda hoje pelo CFN performadas.

Exercício de ginástica sueca (1929)
Acervo: CFN



ESCURIDÃO ESTRATÉGICA

Após a Guerra do Paraguai, os fuzileiros passaram por longo período de inatividade, bem como boa parte dos militares do Brasil, muito em decorrência de sua natureza constitutiva bélica, ou seja, sua necessidade de existir enquanto a guerra se faz presente. De dentro da sua Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, foram reorganizados em 1890 com uma nova estrutura e novo uniforme, baseada nas frações do Exército, mantendo-se, contudo, sua tradicional veste rubra (Marques, 1940; p. 55). Dois anos mais tarde, seu efetivo seria mantido em seiscentas praças, obedecendo à Lei Imperial nº 3.276 de 23 de junho de 1886.

Antes da Revolta da Armada (1893), o Almirante Custódio de Melo, então Ministro da Marinha, proporia que sua organização fosse feita utilizando-se França, Inglaterra e Áustria como *benchmark*, apontando ainda falhas em cumprir suas tarefas constitutivas, o desembarque a viva força e a manutenção da disciplina a bordo, por motivos de material e de pessoal. Com efeito, a vida a bordo de navios não construídos ou adaptados para operações de desembarque obrigava que marinheiros e fuzileiros compartilhassem compartimentos, havendo viva rixa entre ambos, o que era atentatório para a manutenção da disciplina nas naves de guerra.

No mesmo ano, todo o Batalhão Naval se rebelou (Abreu, 2018; p. 199), fez-se ao mar e aderiu à Revolta. Com todos os seus quadros informalmente desertados (Marques, 1940; p. 55), a Fortaleza da Ilha das Cobras foi duramente bombardeada, tendo suas muralhas arrasadas (Bielinski, 2002; p. 123). Virtualmente extinto, teve anistia-



Revolta da Armada - Ilha das Cobras

Acervo: Arquivo da Marinha



Exercícios do Batalhão Naval na
Exposição de 1908 na Praia Vermelha

Acervo: CFN

dos os revoltos e apenas 216 praças retornaram às suas fileiras (Marques, 1940; p. 59). Reorganizado dois anos depois, por gratos esforços do Almirante Elisário José Barbosa, ostentou o nome de Corpo de Infantaria de Marinha, contando em suas fileiras quatrocentas praças.

O ano de 1903 marcaria a primeira vez que os fuzileiros navais seriam utilizados como dissuasão desde o conflito no Prata. Sessenta fuzileiros foram destacados para a cidade de Tabatinga, tendo realizado parte da viagem no Cruzador “Barroso”, como parte das medidas para pacificar possíveis problemas que refletissem a Guerra Peru x Colômbia. Questões sanitárias vitimariam 54 desses (Bielinski, 2008; p. 75). Em 1905, aumento de efetivo foi refeito e passou a ter o Corpo de Infantaria de Marinha 607 praças. Três anos depois a Infantaria de Marinha seria rebatizada de Batalhão Naval. Neste período a Ilha das Cobras passaria por algumas melhorias, como a instalação da rede de esgotos e a construção do novo prédio do Comando⁽¹⁾ (Bielinski, 2008; p. 126), que ainda perdura, após diversas modificações, como o prédio do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

Dois acontecimentos cabem relevo no período que separa esta reorganização e a Revolta do Batalhão Naval, em dezembro de 1910. O primeiro é um eco de 1890: o sobrinho de Deodoro, General Hermes da Fonseca, inda sem ter assumido cargo de Presidente da República⁽²⁾,

resolveu por realizar manobras junto aos corpos do Exército em Santa Cruz-RJ. O segundo consiste em duas manobras realizadas com oficiais estrangeiros: uma em 12 de julho de 1909, com o adido militar alemão, Capitão Wargner; e outra em agosto do mesmo ano, com o Chefe da Missão Francesa junto à Polícia Militar de São Paulo, Coronel Gatelet.

A primeira operação fez ressaltar o denodo e a galhardia dos fuzileiros navais no âmbito do Exército, posto ter sido a marcha a pé entre Campinho e Santa Cruz concluída sem nenhuma baixa, mantendo-se a formatura e a vibração dos militares (coisa não muito fácil de ocorrer na época, sobretudo no Exército dada a qualidade dos conscritos).

Na segunda, após acompanhar o dia a dia de instruções e adestramentos dos fuzileiros navais no pátio de seu quartelamento, bem como os serviços de bordo, o Coronel Gatelet fez publicar em diversos jornais de São Paulo, da França e da Inglaterra, como ficou bem impressionado com o “método seguido no Batalhão Naval”, e que os aplicaria “na instrução da Força Pública de São Paulo” (Marques, 1940; p. 69).

Nestas operações, ficaria o Batalhão Naval bastante conhecido, interna e externamente, como uma força deveras profissional, cujos modelos de instrução não deixavam a desejar seja para os alemães, seja para os franceses, ou mesmo para o Exército Brasileiro de então.

Em 1910, boa parte das praças aderiria ao levante que se seguiu à Revolta da Chibata. A Revolta do Batalhão Naval (9 e 10 de dezembro de 1910) acabou com um saldo de setecentos militares presos (Marques, 1940; p. 69), e foi à frente por um mal entendido (um boato implantado pelos presos, tal qual ocorreu em 1831 por parte de Cipriano Barata), divulgado pelos presos da marinharia: diziam entre eles e com seus carcereiros que as punições físicas teriam sido extintas apenas para os marinheiros nacionais, incitando os fuzileiros navais a se amotinarem (Silva, 1961; p. 30). O contra-ataque viria da oficialidade e parte da guarnição que não havia aderido ao movimento, bem como do governo federal, que estabeleceu uma posição de artilharia do Exército no Mosteiro de São Bento (Bielinski, 2008; p. 83). Dada a derrama que se fizera nas fileiras dos marinheiros nacionais e dos fuzileiros navais, coube ao Exército (1º Batalhão de Infantaria) a guarda da Ilha das Cobras e de seus presos, sendo os fuzileiros restantes levados a ocupar, pela primeira vez, em 3 de janeiro de 1911, os “antigos depósitos de munição na



Revolta do Batalhão Naval – outra entrada para o Batalhão Naval, onde os revoltosos assentaram um canhão

Acervo: IMS

fazenda São Sebastião, na Ilha do Governador” (Marques, 1940; p.69).

Neste mesmo ano, não sem motivos fundados, o Deputado Federal Contra-Almirante Souza e Silva propôs a extinção do Batalhão Naval e a criação de uma “guarda civil” que ficaria a cargo da segurança dos navios de guerra. Caberia ao Comandante Interino do Batalhão Naval, Capitão Tenente Protógenes Pereira Guimarães, apresentar os motivos que impediram o total esfacelamento da tropa anfíbia do Brasil (Marques, 1940; p. 70). O Tenente Protógenes voltaria a ter um papel deveras relevante na história dos fuzileiros navais. No ano seguinte, assumiria como Segundo-Comandante do Batalhão Naval o Capitão Tenente Amphilóquio Reis, que seria o responsável pela construção da estrada que ligaria o Arsenal à parte alta da Ilha das Cobras em 1906 (Bielinski, 2008; p. 126), hoje detentora de seu nome.

Já como Capitão de Fragata, o Comandante Protógenes Guimarães realizaria, em 1916, a primeira operação anfíbia do Batalhão Naval no período republicano. A tropa, embarcada no Navio de Transporte de Tropas “Carlos Gomes”, desembarcaria na Ilha Grande⁽³⁾. Destaque-se que desde as batalhas da Guerra do Paraguai, em 1864-1871, foi a primeira operação de desembarque efetivo plenamente planejada e executada pela Marinha do Brasil.

Em 1924, fruto dos acontecimentos que fizeram tremer a disciplina da caserna chamados de Tenentismo, os fuzileiros navais foram chamados a atuar no Estado de São Paulo com um destacamento de infantaria e artilharia (Marques, 1940; p. 72). Nesta ocasião, havendo se destacado entre as forças nacionais, o Batalhão Naval foi reestruturado, passando a assumir um contingente de 1.500 praças, além de ter seu nome

mudado para Regimento Naval, pois que, pela primeira vez, passou a ter uma estrutura maior que um Batalhão, contando dois Batalhões de Infantaria, um Grupo de Artilharia de Campanha a duas baterias e demais petrechos. Cinco anos depois, com um Batalhão de Infantaria, os fuzileiros navais realizariam o segundo exercício anfíbio de sua história na República, o primeiro contando com o apoio de fogo e logístico dos navios da esquadra, realizando um desembarque na Baía de Sepetiba.

A Revolução de 1930 encontraria, pois, os fuzileiros navais com estrutura bem distinta daquela de 1893 ou 1910, possibilitando que o governo central determinasse seu desdobramento em três contingentes, comandados diretamente pelo Ministério da Guerra: um destacamento em São Paulo, um em Campos e outro no Sul, em Santa Catarina, nas cidades de Joinville (Marques, 1940; p. 74) e São Francisco do Sul (Bielinski, 2008; p. 93).

O denodo dos fuzileiros na Revolução de 1930 garantiria sua expansão em 1932, ano de efetivação do Corpo de Fuzileiros Navais, pela Lei nº 21.106, de 29 de fevereiro, que dobrou seu efetivo (3.010 fuzileiros, contando com dois Batalhões de Infantaria, um Grupo de Artilharia a quatro baterias, uma Companhia de Metralhadoras Pesadas, uma Companhia Escola, uma Companhia de Músicos e uma Companhia de Guardas do Presídio⁽⁴⁾).

Neste mesmo ano, foi realizada uma operação anfíbia em Paraty, para combater as forças amotinadas de São Paulo, tendo a tropa marchado entre o ponto de desembarque e a cidade de Cunha, no interior de São Paulo.

O PONTO DE INFLEXÃO: O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Uma grave discussão, no início dos anos 1930, colocaria em xeque a própria existência dos fuzileiros navais. Esta discussão, por certo, já vinha se desenrolando desde o fim da Guerra do Paraguai, quando alguns problemas disciplinares e o pequeno número de fuzileiros permitiu seu eclipse pela bravura do Exército de Caxias. Pensou-se na extinção dos fuzileiros navais, ponto que desde a proposta de 1911 não saía da mente de muitos oficiais, que viam sua utilização como tropa terrestre um desserviço ao Brasil.

O Ministro da Marinha, Almirante Protógenes Pereira Guimarães, que já servira como Comandante do Batalhão Naval por três vezes

(1911-1912, 1914-1916 e 1922), compreendia a importância desta tropa para o futuro do Brasil como potência regional e global. Cabe observar que, na década de 1930, o Brasil entrava nas maquinações das potências globais e sua importância estratégica como detentor de riquezas também acordava os brasileiros, sobretudo os militares, para uma postura mais defensiva para com o mundo. Além disso, a influência da doutrina norte-americana na formação da Marinha, que teve seu início com o *Military Aid Program* (MAP) de 1922, pregava maior sinergia entre a nossa força e aquela já vista, desde idos de Paranhos Jr., como uma potência hemisférica. Em 1935 seria lançado, pelo Major Mário Travassos, o livro *Projeção Continental do Brasil*.

Dez anos após a celebração do MAP, assinado pelo Secretário Veiga Miranda, o Ministro Protógenes estimula a criação do CFN pela Lei nº 21.106, de 29 de fevereiro, que incluía um quadro de oficiais fuzileiros navais, constituído por um capitão de mar e guerra, um capitão de fragata e cinco capitães de corveta, transferidos do Corpo da Armada, sendo que esse efetivo poderia ser aumentado gradativamente. Cinco dos oficiais que formavam o Estado-Maior do Regimento Naval e foram transferidos para o CFN alcança-



Mausoléu dos fuzileiros navais falecidos durante a revolução de 1930 em São Francisco do Sul (SC)
Acervo: CFN



Primeiro desfile da tropa anfíbia do Brasil com o novo nome de Corpo de Fuzileiros Navais na Rua do Catete, Rio de Janeiro, então Distrito Federal
Acervo: CFN

ram o cargo de Comandante-Geral: CMG Durval, CF Milcíades, CC Seabra, CT Sylvio de Camargo e 1º Ten Serejo (Costa, 2005; p. 15). Destes, o penúltimo é hoje seu patrono. O primeiro oficial-general da ativa seria o Contra-Almirante (FN) Milcíades Portela Alves, em 1940.

Pelo Decreto nº 21.632, de 14 de julho de 1932, foi aprovado o regulamento para o CFN, onde constavam as seguintes providências para compor o recém-criado Quadro de Oficiais FN: transferência de cinco capitães-tenentes do Corpo da Armada; ingresso por concurso ao estágio de adaptação de Aspirante a Oficial do Corpo de Fuzileiros Navais; promoção, a primeiro-tenente, de segundos-tenentes comissionados por se destacarem na Revolução de 1930, que tivessem curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal ou equivalente; e promoção, a segundo-tenente, de sargentos ajudantes e primeiros-sargentos que tivessem os cursos de comando de pelotão da Escola de Sargento de Infantaria do Exército ou da Escola de Oficiais da Reserva. A partir do concurso ingressaram os Tenentes Décio Santos Bustamante, que também seria Comandante-Geral do CFN, e Leônidas Teles Ribeiro, futuro Almirante – sua esposa sugeriu, em 1958, por ocasião do Sesquicentenário do CFN, a adoção do lema “Adsumus”.

Além disso, a criação de um curso específico na Escola Naval em 1934 permitiu a apresentação dos primeiros guardas-marinha do CFN no início da década de 1940 às Organizações Militares⁽⁵⁾. Destacamos dentre eles os Guardas-Marinha Heitor Lopes de Souza e Edmundo Drummond Bittencourt, que chegariam ao cargo de Comandantes-Gerais na década de 1960 e 1970.

Em 1934 ocorre o desfecho de sua vocação anfíbia, através do Decreto nº 2.099, estabelecendo o CFN como uma tropa baseada mormente na infantaria e destinado à realização de operações anfíbias e à ligação entre tropas terrestres e forças navais. Caberia também a eles o guarnecimento de bases navais e navios, servi-

ços de polícia em geral e fornecimento de bandas de música, corneteiros e tambores.

Deveriam, contudo, os fuzileiros navais passar por um eixo formativo que os possibilitasse garantir melhores condições de atuação em suas lides anfíbias. Apesar da formação na Escola Naval, seu aperfeiçoamento ainda era realizado pelo Exército. Isto apenas seria mitigado nas décadas seguintes, com a criação de um curso específico de aperfeiçoamento dos oficiais do CFN.

Na última década do período proposto (1935-1945), o CFN envolveu-se em missões como tropa de reação do Governo Federal, recebendo diversas menções à sua atuação. Após a Constitucionalista de 1932, em Cunha, os fuzileiros navais tiveram importante papel na contenção da Intentona Comunista de 1935 e na Intentona Integralista, em 1938, quando os revoltosos chegaram a invadir e tomar o prédio do Ministério da Marinha no intuito de barrar o avanço dos fuzileiros navais aquartelados na Ilha das Cobras.

Como ainda em formação, tanto doutrinariamente⁽⁶⁾ quanto na questão dos materiais específicos ao desdobramento em operações anfíbias⁽⁷⁾, a atuação do CFN na Segunda Guerra Mundial limitou-se ao guarnecimento das Ilhas Oceânicas (particularmente a Ilha da Trindade) e no estabelecimento de Companhias Regionais (Natal, Salvador e Recife), no esforço de permitir maiores condições de atuação da Divisão Naval do Nordeste. Em 1932, entretanto, já haviam sido criadas as Companhias Regionais de Ladário e Belém.

CONCLUSÃO

O início da era republicana no Brasil apresentou, como nas demais, diversos desafios à constituição do CFN. Como no período imperial, os fuzileiros revoltaram-se, desta feita em duas ocasiões (1893 e 1910), ambas de forma a permitir a legalidade e universalidade dos direitos. Mostraram, contudo, a necessidade de lutar constantemente para sua sobrevivência

como instituição, sempre indissociável da Marinha do Brasil.

Os fuzileiros navais, mesmo tendo tido tímida atuação nas Guerras Mundiais, permaneceram importantes na constituição da Força Naval, como tropa dedicada ao desembarque operativo. Sua vocação jamais escondeu o propósito para que foi criado desde o Império, o que viria à tona de forma patente nas gestões do Almirante Protógenes Guimarães, fosse como Comandante do Batalhão Naval, fosse como, mais tarde, Ministro da Marinha.

Seus esforços para manter acesa a chama das operações anfíbias é digno de nota e merecedor da posteridade. Também neste período fica clara a utilização dos fuzileiros, como no Império, para imposição da lei e manutenção da ordem pública. Não abordados pormenorizadamente neste artigo sua atuação contra os perigos do tenentismo e nas revoltas da vacina, Coluna Prestes, mas nas intencões integralista e comunista foram significativas.

O ano de 1932 deve, sobretudo, ser de grata recordação aos fuzileiros de hoje. Não só o efetivo dos fuzileiros navais foi dobrado, como também uma larga reestruturação foi realizada e, mais ainda, um quadro de oficiais foi efetivado⁽⁸⁾ (Marques, 1940; p. 95). Estes três acontecimentos foram de grande relevância para a longevidade do Corpo.

Cabe ressaltar que estas iniciativas jamais teriam ocorrido não fosse o Ministro da Marinha um ex-Comandante do Batalhão Naval, que, conhecedor das idiosincrasias da tropa aquartelada na Ilha das Cobras, contribuiu deveras para seu estabelecimento como tropa anfíbia da Marinha do Brasil. Foi sob Protógenes, por três ocasiões distintas, que os fuzileiros ganharam sua cultura de intrepidez frente às dificuldades de efetivo, material ou estrutura⁽⁹⁾. ■



Destacamento do Batalhão Naval embarcado no “Benjamin Constant”
Acervo: CFN

NOTAS

- (1) A luz a gás apenas chegou à Ilha das Cobras em 1899. Antes era feita por meio de “azeite de peixe e óleo de colza”. A elétrica chegou apenas em 1906 (Marques, 1940; p. 122). Percebe-se que as condições na Ilha eram deveras espartanas, o que jamais foi um percalço para uma atuação de pronta resposta.
- (2) Quatro anos mais tarde, em 1913, o Presidente Hermes da Fonseca visitaria o Batalhão Naval, no dia 06 de março, por ocasião das comemorações do aniversário do Batalhão Naval.
- (3) Uma efeméride dessa operação: a farda vermelha dos fuzileiros atçou os bovinos que eram utilizados como suprimentos, não faltando dentre os fuzileiros navais encarregados do abate aqueles que foram atacados ferozmente pelos animais.
- (4) Segundo Costa (2005; p. 15), o efetivo foi fixado em 2.594 fuzileiros.
- (5) No livro de oficiais do CFN, que compila todos os oficiais desde 1932, aparece como ano de promoção a Guarda-Marinha dos primeiros aspirantes Fuzileiros Navais como 1939. Interessante que se destaque que a Escola Naval ocupou a Ilha das Enxadas até 1938, quando então migrou para a Ilha de Villegagnon.
- (6) Nesta época, os fuzileiros navais eram treinados e instruídos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro, EsAO.
- (7) Os primeiros veículos anfíbios foram adquiridos em 1945.
- (8) Dentre o corpo de oficiais da primeira turma da Escola Naval, contamos Heitor Lopes de Souza e Edmundo Drummond Bittencourt, dois oficiais que exerceriam o Comando-Geral do CFN (Silva, 1961; p. 67).
- (9) “Certa vez, quando pesado aguaceiro os impedia de deixar o quartel”, diria o Comandante Protógenes: “O Comandante não manda chover, mas manda marchar! Sigam! Fuzileiro é superior ao tempo” (Silva, 1961; p. 36).

REFERÊNCIAS

- Abreu, Guilherme Matos. A Marinha e as conturbações políticas das primeiras décadas da república. p. 192-217. In Marinha do Brasil: Uma Síntese Histórica. Barbosa Jr., Ilques et al. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.
- Bielinski, Alba Carneiro. Os Fuzileiros Navais na História do Brasil. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008.
- Bielinski, Alba Carneiro. Fortaleza de São José da Ilha das Cobras da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.
- Costa, Almirante Carlos Augusto. Fuzileiros Navais: da praia de Caiena às ruas do Haiti. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.
- Marques, Anthero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Duque de Caxias-RJ: Imprensa Naval, 1940.
- Silva, Manoel Caetano. Histórias de Fuzileiros Navais Brasileiros: Subsídios para a História do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro (Guanabara): Folha Carioca Editora S.A., 1961.

* Capitão de Corveta (FN), Encarregado do Museu do CFN

DIVISÃO NAVAL EM OPERAÇÕES DE GUERRA

Pedro Lucas Avelino de Andrade *¹

Caio Eduardo Bastos Reis Cordovil *²

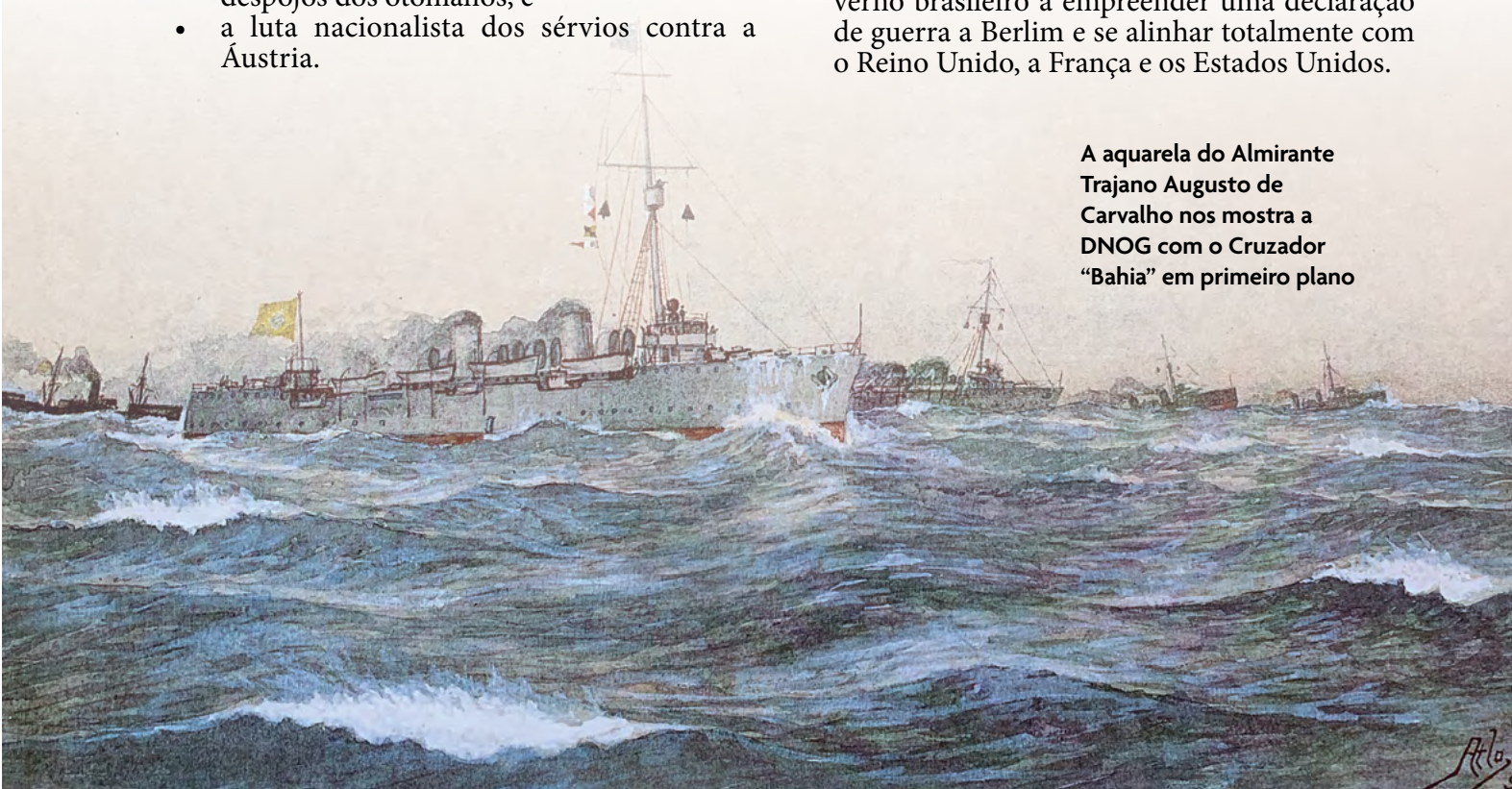
A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi produto da combinação de competição econômica, rivalidades imperialistas e nacionalismos extremados. Desse modo, podemos dizer que suas causas foram:

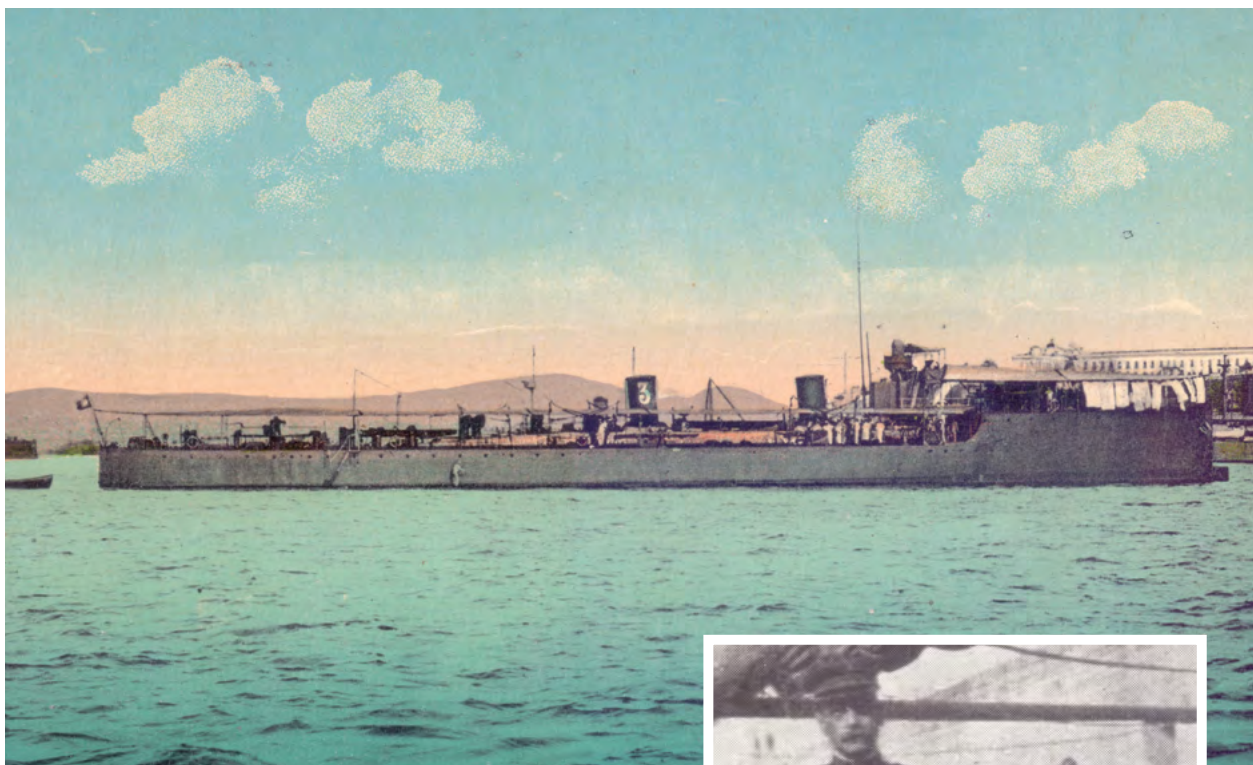
- o interesse anglo-francês em manter sua hegemonia;
- a militarização da diplomacia germânica;
- a crença no pan-eslavismo por parte da Rússia;
- o projeto revanchista da França, derrotada na guerra franco-prussiana;
- o interesse inglês e alemão em dominar os despojos dos otomanos; e
- a luta nacionalista dos sérvios contra a Áustria.

Em suma, o conflito foi provocado pelo desejo das grandes nações europeias de moldar os espaços econômicos e políticos europeus e extra europeus, de acordo com as suas respectivas ambições nacionais e imperialistas.

Cerca de três anos após o início da guerra, em 26 de outubro de 1917, o Brasil declarou guerra às nações da Tríplice Aliança, em particular, ao Império Alemão, após o afundamento do navio mercante brasileiro “Macau”⁽¹⁾, por um submarino germânico. Era a culminância de uma série de ataques contra meios navais brasileiros em mares e oceanos da costa das Américas e da Europa. O afundamento em questão levou o governo brasileiro a empreender uma declaração de guerra a Berlim e se alinhar totalmente com o Reino Unido, a França e os Estados Unidos.

A aquarela do Almirante Trajano Augusto de Carvalho nos mostra a DNOG com o Cruzador “Bahia” em primeiro plano





Após a declaração de guerra dos brasileiros em relação aos alemães, o Rio de Janeiro ofereceu aos estados beligerantes, em particular, aos franceses e britânicos quatro ações de auxílio. A primeira medida foi enviar um grupo de militares do Exército Brasileiro para apoiar o Exército da França na Frente Ocidental; o segundo suporte foi o envio de aviadores navais para ajudar a Real Força Aérea em ações de patrulha do Canal da Mancha; o terceiro amparo foi ofertar um grupo de dezenas de médicos para tratar dos feridos em hospitais localizados nas cidades de Marselha e Paris; e, por fim, a quarta ação



Minas do Contratorpedeiro “Piauí” (1919)
Imagem: Flickr MB

Participante da DNOG, o Contratorpedeiro “Piauí” (foto maior acima) saiu do Rio de Janeiro em 7 de maio de 1918, comandado pelo Capitão de Corveta Alfredo de Andrada Dodsworth
Imagens: Flickr MB

brasileira foi criar e enviar a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), composta de oito navios (dois cruzadores, quatro destróieres, um tândem e um rebocador)⁽²⁾ para auxiliar as forças navais da Entente, por meio do patrulhamento e controle de área marítima na costa oeste da África Ocidental.

O chamamento para a participação da Marinha do Brasil na Grande Guerra trazia a discussão sobre a situação geral da economia brasileira, visto que não existia indústria siderúrgica no território nacional e toda a compra de fios, chapas, eixos, rodas e barras galvanizadas para abastecer o Arsenal de Marinha vinha da Europa que estava em conflito e com seus parques industriais (do Reino Unido, da França e da Alemanha) voltados para suas próprias demandas. Mas também suscitava discussões sobre o quadro geral do Poder Naval brasileiro que estava aquém das necessidades que um país de dimensões continentais impunha a qualquer Marinha de Guerra. Nesse sentido, alguns argumentavam que a gestão naval sofria com o excesso de centralismo do gabinete ministerial, o que retardava a tomada de decisão nas organizações militares. A Armada sofria com a redução do seu orçamento, o que impactava no adestramento, na manutenção e modernização de seus meios. Além disso, boa parte dos navios não fazia prática de tiro ao alvo com canhões havia anos por

falta de munição e desestruturação da área de logística, já que a Marinha não fabricava seus armamentos. Na verdade, em 1917, “só dispunha de um estoque de 81 torpedos, 248 minas submarinas de contato e 100 bombas de profundidade” (ALVES DE ALMEIDA, 2022, p.191).

Tudo isso tornava a Marinha do Brasil uma força sem capacidade adequada para a realização de ações típicas de uma guerra antissubmarino, já que os navios brasileiros não eram dotados de equipamentos para aquela modalidade de guerra. Apesar de ser uma nova forma de combate, as marinhas europeias já dispunham dessas condições, o que evidenciava o atraso tecnológico do Brasil diante dessa situação de guerra.

Porém, mesmo com todas essas questões a nossa Marinha atendeu ao chamamento da pátria e, mesmo inserida em desafios, foi a única Armada da América Latina a enviar tripulantes e navios de guerra para o teatro de operações da Primeira Guerra Mundial na Europa. Sem dúvida, uma demonstração de patriotismo e abnegação com a nação brasileira. Desse modo, em 30



Em 30 de janeiro de 1918, o Ministro Alexandrino Faria de Alencar criou a DNOG, e um dos seus primeiros atos foi a escolha do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin para comandá-la
Imagem: meisterdrucke.pt



O Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, nomeado Comandante da Divisão, assumiu as funções em fevereiro de 1918
Imagem: Flickr MB

de janeiro de 1918, o Ministro Alexandrino de Alencar criou oficialmente a DNOG, composta pelos Cruzadores “Rio Grande do Sul” e “Bahia”, os Destróieres “Piauhy”, “Parahyba”, “Santa Catarina” e “Rio Grande do Norte”, e também, o Rebocador “Laurindo Pitta” e o Cruzador-auxiliar “Belmonte”. Era a maior Força Naval da história da República a entrar em perspectiva de engajamento, a maior força tarefa desde a Guerra do Paraguai e estava sob a liderança do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin.

A missão da DNOG foi participar efetivamente da guerra, cooperando com as marinhas das nações da Entente, no patrulhamento do Atlântico, especialmente na costa da África Ocidental. Com isso, as tarefas dessa Força Naval eram: localizar os submarinos e repelir seus ataques; dar segurança à operação dos comboios e às regiões portuárias; e obter e disseminar informações e cumprir os planos ou

O Almirante Frontin em visita de despedida ao Presidente da República Wenceslau Braz, na véspera da partida da Divisão. A partir da direita: Capitão-Tenente Guilhon, então 1º Assistente, Presidente Dr. Wenceslau Braz, Capitão-Tenente Dodsworth Martins, 2º Assistente e o Almirante Frontin.

Imagem: Flickr MB



**Contratorpedeiro
“Rio Grande do Norte”**

Imagem: Flickr MB



ordens referentes à conduta geral do Comando da Trílice Entente.

Os navios brasileiros inicialmente atracaram na cidade de Freetown, em Serra Leoa, onde ficaram duas semanas para fazer reparos e se recuperarem da longa travessia do Atlântico. Após esse tempo, suspenderam em direção a Dacar, no Senegal, local onde houve um embate entre a DNOG e os inimigos. Nas vésperas da chegada a esse porto africano, durante a noite, um submarino navegando pela superfície foi rapidamente percebido pela tripulação brasileira e os nossos navios contra-atacaram. Durante muito tempo, atribuiu-se à Divisão a responsabilidade pelo afundamento desse submarino alemão, obstante alguns pesquisadores, revisando dados administrativos da frota alemã, após o término da guerra, observarem que não houve nenhum afundamento ou desaparecimento de unidade de poder naval germânico naquela região, naquele período. Logo, a afirmação de que o abatimento aconteceu, segundo os documentos oficiais, é incorreta (MARTINS, 1997).

A atuação da DNOG no teatro de operações marítimas instigou a deriva de navios de guerra aliados em patrulha, canalizando-os para sua incorporação aos comboios oriundos dos portos primordiais da região, a saber: Freetown, Dacar, Cabo Verde e Gibraltar. Em vista da escassa disponibilidade de escoltas, tal deriva adquire um verniz de relevância considerável. Tal contributo permitiu ao Brasil participar nas deliberações da Conferência de Paz dando início ao papel diplomático da Divisão.

Em 11 de novembro de 1918 foi assinado o armistício pondo fim às hostilidades. Dois meses mais tarde, a DNOG foi convidada para visitar diversas nações tendo aportado em Portsmouth (Reino Unido), Cherburgo (França), Lisboa (Portugal) e Spezzia (Itália), entre 20 de janeiro e 4 de março de 1919. Nestes países, a tripulação foi recebida pelas autoridades locais, visitaram pontos turísticos, sítios históricos, museus, bases e representações diplomáticas.

Isso evidencia que, após o fim da Grande Guerra, uma parcela crucial da missão da DNOG foi a atuação e representatividade diplomática materializando os ensinamentos do pensador Carl Von Clausewitz (1832), o qual atribui valor intrínseco entre a guerra e a política diplomática, para a justificativa teórica de que o diplomata e o soldado devem compreender a importância da dimensão da política de Estado. Demonstrando, assim, que a DNOG e a



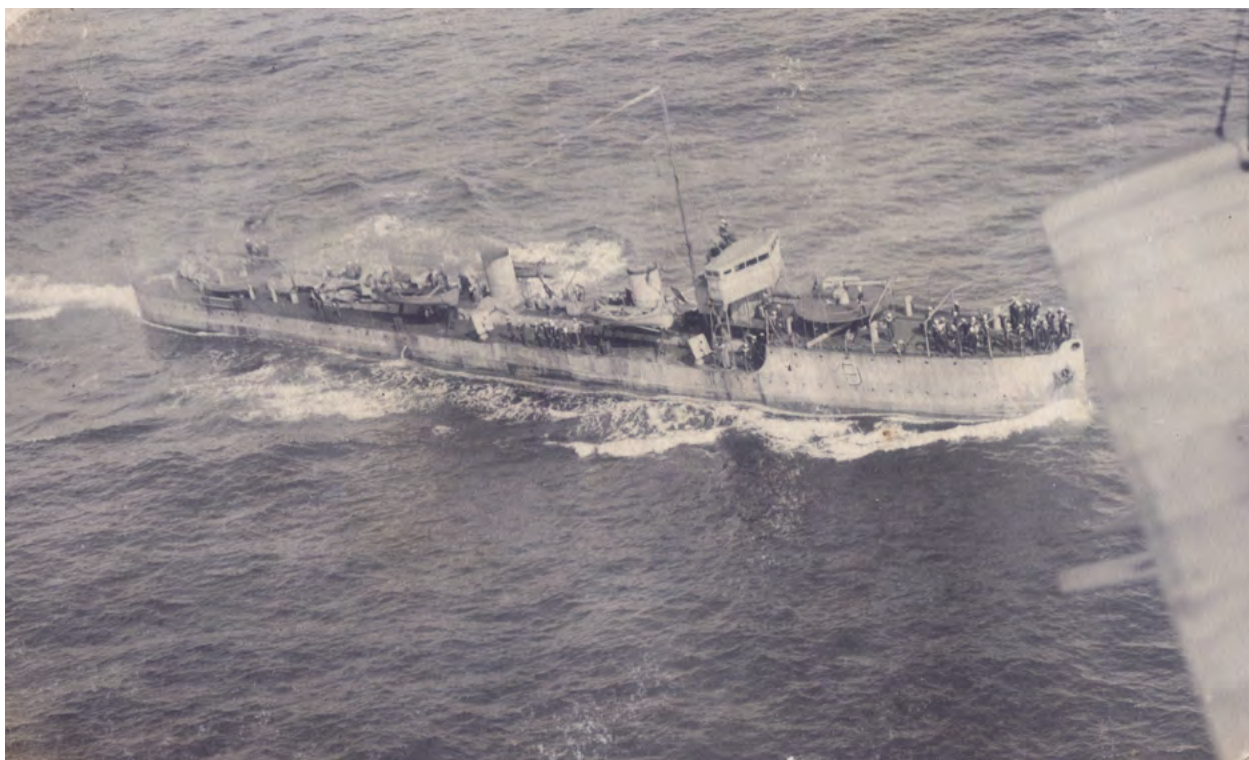
Cruzador “Bahia” em Gibraltar

Imagem: Flickr MB



O Cruzador “Rio Grande do Sul” visto do Contratorpedeiro “Piauí”, em Gibraltar (1919)

Imagem: Flickr MB



Regresso da Divisão Naval em Operações de Guerra, em destaque, o Contratorpedeiro “Santa Catarina” (1919)

Imagem: Arquivo da Marinha DPHDM

Marinha do Brasil estavam afinadas com o pensamento filosófico e estratégico mais importante e substancial da época.

Em suma, a atuação da DNOG mostrou que o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Marinha souberam usar a força militar em aliança com o campo diplomático, apesar de todas as dificuldades econômicas, políticas e operacionais. Nossa Marinha conseguiu fazer guerra e diplomacia em prol dos interesses da pátria e, além disso, incorporou conceitos morais e éticos à estrutura militar brasileira (DEAN, 1977).

Assim, com sensação de dever cumprido, em 18 de maio de 1919, um ano após ter partido do território brasileiro, a DNOG avistou pela bochecha de boreste a Ilha de Fernando de Noronha e no dia 9 de junho de 1919, depois de tocar Recife por breves dias, os navios da DNOG entravam na Baía de Guanabara, porto-sede da divisão naval. Acabara assim a participação da Marinha de Guerra na 1ª Guerra Mundial. ■

NOTAS

(1) Torpedeado pelo submarino alemão U-93 de 1270 toneladas e com um canhão de 105 mm, era comandado pelo Capitão-Tenente Helmut Gerlach

(2) Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional no ano de 1918, p. 25. Arquivo do Itamaraty.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves (2022). *Da Guerra à Diplomacia: a história da Divisão naval brasileira na Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Letras Marítimas. 2022.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves (2016). *A periculosidade da área de operações da divisão naval brasileira na costa ocidental africana durante a grande guerra em 1918*. Revista da Escola Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 91 – 114, jan./abr. 2016.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves (2016). *A Cooperação Naval Brasileira com a Marinha Britânica em 1918: o Caso da Divisão Naval em Operações de Guerra*. Instituto da Defesa Nacional, 2015.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTINS, Hélio Leôncio (1997). O Brasil na Grande Guerra. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM (vol. 5), pp. 262-278.

*1 e 2 Aspirantes

Evolução da FORÇA DE SUBMARINOS

Manoel Luiz Pavão Barroso*

Ao longo de mais de 109 anos, a Força de Submarinos operou onze classes de submarinos, totalizando 27 submarinos e seis navios de apoio e, além disso, foram incorporadas novas tecnologias e procedimentos operativos para a Marinha do Brasil (MB). Foram desenvolvidas capacidades para formar submarinistas, escafandristas e mergulhadores, mergulhadores de combate, médicos e enfermeiros hiperbáricos e psicólogos de submarino.

Em 17 de julho de 1914, foi criada a Flotilha de Submersíveis, tendo como o seu primeiro Comandante o Capitão de Fragata Felinto Perry. A Flotilha era subordinada ao Comando de Defesa Móvel do Porto do Rio de Janeiro, sediado na Ilha de Mocanguê Grande, em Niterói (RJ). Subordinados a ela estavam três submersíveis, “F1”, incorporado em 1913, e “F3” e “F5”, incorporados em 1914, todos de origem italiana, da Classe “Foca”, utilizados para defesa de porto, e o Tender “Ceará”, incorporado em 1917, de origem italiana, que servia de base de apoio móvel para os submersíveis, tanto para salvamento quanto para reparos.

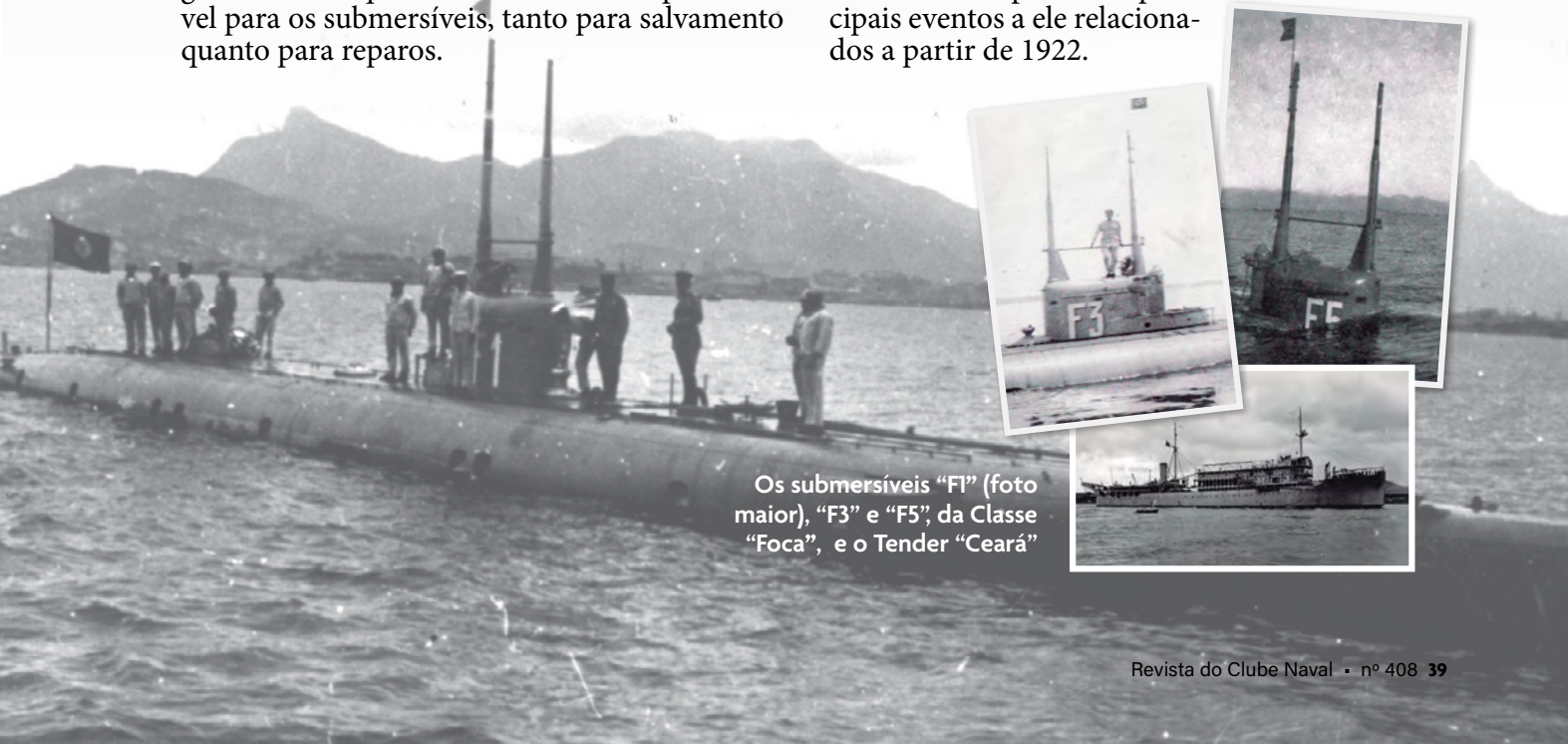
Em 1915 foi criada a Escola de Submersíveis, na Ilha de Mocanguê Grande, na Base de Submersíveis e, em 29 de março de 1916, foi extinto o Comando de Defesa Móvel do Porto do Rio de Janeiro, sendo ativado o Comando da Base de Submersíveis na Ilha de Mocanguê Grande.

O segundo quarto do século 21 apresenta novo desafio para a Força de Submarinos: preparar os militares que operarão o primeiro Submarino Convencionalmente armado com Propulsão Nuclear (SCPN). Este desafio será proporcional à primeira imersão a bordo do “F1” na Itália, em 1913, onde brasileiros, liderados por nosso patrono, o Capitão de Fragata Felinto Perry, iniciaram a nossa jornada.

Será feita uma síntese desse desenvolvimento, buscando apontar os principais eventos a ele relacionados a partir de 1922.



Felinto Perry, primeiro Comandante da Flotilha de Submersíveis



Os submersíveis “F1” (foto maior), “F3” e “F5”, da Classe “Foca”, e o Tender “Ceará”

1928

Substituição das denominações da Flotilha de Submersíveis e Escola de Submersíveis para Flotilha de Submarinos e Escola de Submarinos, que teve como um dos fatores determinantes a aquisição do Submarino de Esquadra “Humaytá”, de origem italiana, que, diferentemente dos Classe “Foca”, não se limitava a operar em entrada de porto. Foi incorporado em 1929, como o primeiro submarino oceânico com capacidade de realizar operações de minagem no Brasil.



Submarino de Esquadra “Humaytá”

1937

Incorporação dos Submarinos “Tupy”, S-11, “Tymbira”, S-12, e “Tamoyo”, S-13, de origem italiana, da Classe “Perla”, que receberam inicialmente o indicativo externo “T”, posteriormente alterado para “S”.



Submarino “Tupy”



Submarino “Tymbira”



Submarino “Tamoyo”



Submarino “Humaitá”

1957

Incorporação dos Submarinos “Humaitá”, S-14, e “Riachuelo”, S-15, de origem norte-americana, da Classe “Fleet Type”, trazendo mudanças significativas à guerra de submarinos, com grande raio de ação, ampliação da capacidade de detecção sonar e avanços tecnológicos em comunicações e armamentos.

1955

Incorporação da Corveta “Imperial Marinheiro”, V-15, de origem holandesa, com a capacidade de prover socorro e salvamento a submarinos.



Corveta “Imperial Marinheiro”

1941

Ativação da Base da Flotilha de Submarinos na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro (RJ), que, em 1946, teve sua denominação alterada para Base Almirante Castro e Silva (BACS) e, em 1947, foi transferida para a Ilha de Mocanguê Grande.

1963

Alteração da denominação da Flotilha de Submarinos para Força de Submarinos. Nesse mesmo ano foram incorporados os Submarinos “Rio Grande do Sul”, S-11 e “Bahia”, S-12, de origem norte-americana, da Classe “Fleet Type II”. A Escola de Submarinos adquire *status* de organização militar independente, utilizando as instalações da BACS.

1964

Criação do primeiro curso de mergulhadores de combate, conduzido por militares que realizaram o Curso *Underwater Demolition Team Replacement*, nos Estados Unidos da América, marcando o início dessa atividade na MB.

1970

Criação da Divisão de Mergulhadores de Combate, vinculada à BACS.

1972

Incorporação dos Submarinos “Guanabara”, S-10, “Rio Grande do Sul”, S-11, e “Rio de Janeiro”, S-13, de origem norte-americana, da Classe “Guppy II”, que trouxeram como maior novidade o uso de esnórquel, aumentando consideravelmente a capacidade do submarino em se manter mergulhado.



Submarino
“Rio de Janeiro”



Submarino
“Rio Grande do Sul”

1974

Realização do primeiro Curso de Mergulhador de Combate no Brasil, pelo CIASM.

1973

Incorporação dos Submarinos “Bahia”, S-12, e “Ceará”, S-14, de origem norte-americana, da Classe “Guppy II”, e, da Classe “Guppy III”, o “Goiás”, S-15 e o “Amazonas”, S-16.

Incorporação do Navio de Socorro Submarino “Gastão Moutinho”, de origem holandesa, primeiro meio com capacidade de resgate de submarino da MB. Possuía câmara de salvamento, sino, com capacidade de resgate de seis homens por vez, equipamentos e pessoal qualificado em mergulho de ar comprimido e mergulho a hélio-oxigênio, representando um grande marco para a MB.

Ainda nesse ano, foi incorporado o Submarino “Humaitá”, S-20, de origem inglesa, da Classe “Oberon”, que trouxe avanços significativos no domínio e emprego da arma submarina e mudanças nos procedimentos operativos, como o emprego de fotografia de periscópio, análise sonar gráfica e introdução da Força de Submarinos na era da informática, por meio da utilização do Sistema de Tiro Computadorizado (TIOS) e do Sistema de Navegação por Satélite (NAVSAT).

Também em 1973 foi criado o Centro de Instrução e Adestramento de Submarinos e Mergulho (CIASM), na Ilha de Mocanguê Grande.



Submarino “Bahia”



Submarino “Amazonas”



Submarino "Tonelero"

1977

Incorporação dos Submarinos "Tonelero", S-21 e "Riachuelo", S-22, da mesma Classe "Oberon".

Ainda nesse ano ocorreu a inauguração do Tanque de Treinamento de Salvamento de Submarinos (TTSS), um marco na questão de socorro

submarino, que consiste num tanque de vinte metros de coluna d'água, sobreposto a um compartimento que simula um submarino sinistrado, e permite que seja treinado o cumprimento dos procedimentos de alagamento, pressurização e escape, fato que tornou o Brasil referência na América do Sul em simulação de escape de submarinos.

1978

Alteração do nome do CIASM para Centro de Instrução Almirante Átilla Monteiro Aché (CIAMA).

1983

A Divisão de Mergulhadores de Combate da BACS foi transformada em Grupamento de Mergulhadores de Combate, como parte integrante do Comando da Força de Submarinos.

Incorporação do Aviso de Apoio Costeiro "Almirante Hess", U-30, construído na Indústria Naval do Ceará S.A. (INACE), com capacidade para recolhimento de torpedos de exercício.



Aviso de Apoio Costeiro "Almirante Hess"



Submarino "Tamoio"

1994

Incorporação do Submarino "Tamoio", S-31, também da Classe IKL-209-1400, primeiro submarino construído no Brasil (Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ) e no Hemisfério Sul.

1989

Incorporação do Submarino "Tupi", S-30, de origem alemã, da Classe IKL-209-1400, representando aumento considerável no raio de ação em imersão e na capacidade dos sensores embarcados.



Submarino "Tupi"

1988

Incorporação do Navio de Socorro Submarino "Felinto Perry", K-11, de origem norueguesa, com capacidade de realização de mergulho saturado de até trezentos metros, inédito na Marinha até então, além de ser pioneiro na execução de exercícios reais de socorro submarino - *Search and Rescue Submarine* (SARSUB), incluindo resgate de tripulantes de submarinos por meio do Sino de Resgate Submarino (SRS) acoplado à escotilha do submarino.



Navio de Socorro Submarino "Felinto Perry"



Submarino "Timbira"

1996

Incorporação do Submarino "Timbira", S-32, também IKL-209-1400, construído no Brasil (AMRJ), e instalação do Veículo Submarino Operado Remotamente (VSOR) no NSS "Felinto Perry", permitindo o aumento na capacidade de busca e localização de submarinos.

1997

Criação do Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) na Ilha de Mocanguê Grande, Niterói (RJ).

1999

Incorporação do Submarino "Tapajó", S-33, da mesma Classe IKL-209-1400, também construído no AMRJ.



Submarino "Tapajó"

2002

Primeiro acoplamento do SRS em um submarino da MB.

2003

Elevação do Brasil à condição de Nação Observadora Permanente no grupo de estudos referente a resgate de submarinos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), passando a fazer parte do *International Submarine Escape and Rescue Liaison Office* (ISMERLO).



Submarino "Riachuelo"

2022

Incorporação do Submarino "Riachuelo", S-40, de origem francesa, construído no Brasil (Itaguaí Construções Navais - ICN).

2021

Transferência do Comando da Força de Submarinos para Itaguaí (RJ).

2020



Navio de Socorro Submarino "Guillobel"

Ativação da Base de Submarinos da Ilha da Madeira (BSIM), no Complexo Naval de Itaguaí (CNI), em Itaguaí (RJ); inauguração do Departamento de Treinamento de Simuladores (DTS) do CIAMA, em Itaguaí (RJ), composto por seis modernos simuladores, destinados ao treinamento das tripulações dos Submarinos da Classe "Riachuelo"; e incorporação do Navio de Socorro Submarino "Guillobel", K-120, de origem espanhola, com capacidade de realização de mergulho saturado de até trezentos metros.

2009

Primeiro exercício de SARSUB com mergulho saturado.



Submarino "Tikuna"

2005

Incorporação do Submarino "Tikuna", S-34, Classe IKL-209-1400 Mod, construído no AMRJ.

* Contra-Almirante, Comandante da Força de Submarinos

OS FUZILEIROS NAVAIS NO PERÍODO REPUBLICANO (1945 - 2000)

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira*

A partir de 1945, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) passou a apresentar as principais características que ora o marcam como a tropa anfíbia e expedicionária por excelência do Brasil. O incentivo às operações anfíbias, uma doutrina própria e dedicada a este tipo singular de operação, e o alto nível de prontidão delimitaram o objetivo maior dos chefes navais de garantirem à Marinha e ao Brasil uma capacidade estratégica que se refletisse em um elevado grau de apoio à política externa e à diplomacia, contribuindo, como nenhuma outra tropa, para a dissuasão. Este período também firmou bases sólidas na indissociabilidade entre a tropa anfíbia e a Marinha, o que motivou aquisições de navios propensos ao desembarque de tropas e às operações que, com o fim da Guerra Fria e a dinamização dos crimes contra a humanidade testemunhados pelos tristes eventos na Bósnia e Ruanda, passariam a ser o foco principal tanto das organizações de segurança regional quanto mundial.

Três fatores seriam cruciais neste desenvolvimento. O primeiro consiste na visão de futuro que tinham os Comandantes-Gerais do CFN, a começar pelo primeiro do período, Almirante Sylvio de Camargo que, não por acaso, também seria entronizado na história anfíbia do Brasil como seu patrono. Pela brevidade do artigo, destacaremos alguns outros importantes vultos, sem que nos seja possível, contudo, por dever de justiça, olvidarmos dos demais. O segundo fator consiste na necessidade de o Brasil mostrar-se como um *player* global de peso durante a Guerra Fria, face aos problemas observados nos demais países do terceiro mundo (ou não alinhados) em detrimento das famigeradas *proxies wars*. Em terceiro, e talvez o mais importante, está no alinhamento do pensamento anfíbio com o pensamento diplomático. Essa sinergia entre a Fortaleza de São José e

o Itamaraty permitiu aos fuzileiros navais fazerem-se presentes nas missões de paz com tropas e observadores.

O presente artigo tem por objetivo apresentar as grandes evoluções por que passou o CFN no pós Segunda Guerra Mundial, que refletiriam diretamente o maior engajamento econômico e político do Brasil no período, dados tanto suas decisões políticas de mais alto nível quanto o maior grau de globalização da economia brasi-



leira. Está dividido, portanto, em três tópicos, além desta introdução e da conclusão: o primeiro versa sobre as modificações na estrutura organizacional e no acervo de material; o segundo, sobre a evolução da capacidade anfíbia; o terceiro apresenta a introdução dos fuzileiros navais em operações expedicionárias, tanto no âmbito regional quanto mundial, ultrapassando inclusive o que ficaria conhecido como entorno estratégico.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ACERVO DE MATERIAL

Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se natural o Brasil, que havia lutado ao lado dos Aliados, voltar-se politicamente para os Estados Unidos, país que saiu como a superpotência ocidental. O antigo programa de apoio, assinado em 1922 pelo Ministro Veiga Miranda, viria a ser atualizado através do *Military Aid Program* (MAP) em 1952, trazendo não somente diversos materiais específicos para as operações anfíbias ⁽¹⁾, como também abrindo as



Reunião em Praça d'Armas do Quartel Central do CFN em 1943. Vendo-se o CMG Seabra, CF Sylvio de Camargo e CF Serejo
Acervo: CFN



Batedores da Companhia de Polícia formados aguardando o momento em que sua Ex^a o Sr. Presidente da República passaria revista a Tropa que deveria desfilar (7 de setembro de 1955)
Acervo: CFN

portas para a evolução doutrinária, através do envio de diversos oficiais aos EUA para realizarem cursos nas academias.

Sabidamente a Administração Naval os direcionava, quando de seu regresso, para a Escola Naval e o recém-criado Centro de Instrução do CFN. Para compreendermos a importância deste programa para a implementação das Operações Anfíbias na Marinha do Brasil, basta que verifiquemos que as Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG) “Guarapari”, “Camboriú” e “Tambaú” apenas seriam lançadas ao mar em 1978.

A expansão do CFN foi largamente observada na década de 1950, com a saída paulatina de seu ramo operativo da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras para o Campo de Instrução da Ilha do Governador, Ilha das Flores e Guandu do Sapê. A necessidade de se dotar o Batalhão de Engenharia e os Batalhões de Infantaria de maior espaço para estabelecimento e adestramento levou os fuzileiros à Ilha do Governador e a Duque de Caxias, onde inda hoje se encontra estabelecido o grosso da Força de Fuzileiros da Esquadra⁽²⁾. O MAP tornar-se-ia a mola propulsora da construção do poder de combate do CFN. O Batalhão de Artilharia teria sua força catapultada com o recebimento de oito morteiros 107mm e doze obuseiros 105mm na década de 1960⁽³⁾; o recebimento de viaturas permitiria o estabelecimento de um Batalhão de Transportes e o recebimento de canhões antiaéreos 40 mm também contribuiria para a criação de uma Bateria Antiaérea, precursora do atual Batalhão de Combate Aéreo.

Com efeito, a maior aproximação tática das marinhas amigas, observada desde a FAIBRÁS



Momento de lazer durante a Operação de Paz na República Dominicana
Acervo: CFN



Participação dos fuzileiros navais na Operação de Paz em Santo Domingo (República Dominicana) em 1965
Acervo: CFN

(parte da Força Interamericana de Paz, desdobrada em Santo Domingo em 1965), daria ao CFN grande motivação em seu desenvolvimento de doutrina e material. As Operações VERITAS (depois chamadas CARIBEX) tam-

bém contribuiriam muito para isso. Esses acontecimentos da década de 1960 teriam seus reflexos em 1972, com a passagem de subordinação do Comando-Geral (cargo também acumulado com o de Comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra) ao Comando de Operações Navais. O contato com o *United States Marine Corps* contribuiu para os avanços na natureza da tropa: em 1970 seriam adquiridos trinta caminhões anfíbios; os primeiros blindados chegariam na década de 1970 com a aquisição dos Urutu em 1973, logo em seguida dos M113, em 1974 e, em 1980, o Cascavel, primeiro carro de combate adotado pelo CFN, com canhão de 90mm; 1986 chegariam os carros lagarta anfíbios (CLAnf); em 2007 as Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 PIRANHA IIIC e, em 2023, as *Joint Light Tactical Vehicle* (JLTV), adquiridas para aumentar a mobilidade em missões de paz.

Outro aspecto de grande importância seria a formação autóctone de cursos próprios aos fuzileiros navais, inseridos em sua trajetória formativa de maneira específica, e sem a influência de atores externos à instituição. Um importante aspecto desta expansão estratégica seria o papel dos fuzileiros navais na formação das tripulações e dos pesquisadores da Estação Antártica Comandante Ferraz.

A elevação do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (ComGerCFN) ao posto de Vice-Almirante em 1949 encheu de importância o CFN. Esta nova patente dava ao ComGerCFN um lugar no prédio do Comando da Marinha, mesmo não dando a ele um lugar de prestígio no Conselho Naval, órgão criado em 1856 e que daria origem ao Almirantado. Nada seria mais relevante para esta acurada visão de futuro do que a elevação do Comandante-Geral ao posto de Almirante de Esquadra (Lei nº 6.836 de 27 de outubro de 1980), voltando a ter assento no Almirantado como apenas foi visualizado durante a gestão Rodrigo Pinto Guedes, na chegada da família real ao Brasil.

Outra inovação que surgiu no fim do período abordado foi a cultura dos simpósios, que tratam de observar o novo ambiente operacional e modificar estruturas. O primeiro Simpósio do CFN foi realizado em 2000, seguindo-se outros em 2008, 2015 e 2023.

VOCAÇÃO ANFÍBIA

Sem olvidarmos da importância do então Comandante Protógenes Pereira Guimarães para o desenvolvimento doutrinário do CFN, tampou-



Inauguração do Tabuleiro Anfíbio pelo Vice-Almirante Arnaldo Negreiros Jannuzi
Acervo: CFN

co de todos os outros que se preocuparam com a formação intelectual dos fuzileiros, devemos considerar como o grande salto na história da tropa anfíbia a ativação do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, em 1955, durante a gestão Sylvio de Camargo. A doutrina e formação lá realizadas deram ensejo ao início de uma mentalidade anfíbia e impulsionaram as primeiras operações anfíbias desde a década de 1910: Aragem (1958), Brisa e Corvina (1959) e Arfagem (1960). A primeira operação Dragão teria seu Dia-D em 22 de janeiro de 1964, contando, pela primeira vez desde Caiena, com um massivo suporte logístico por parte de meios navais e aeronavais da Esquadra ⁽⁴⁾.

Importante que friseamos a mudança na compreensão das autoridades navais quanto ao papel dos fuzileiros navais após a primeira Dragão: a segunda, em dezembro do mesmo ano, já apresentaria evoluções visíveis, e, a terceira, em São Paulo, é considerada um marco pelo empenho da administração em realizar a operação (participaram do desembarque em São Sebastião o NAeL “Minas Gerais”, Cruzadores Ligeiros “Barroso” e “Tamandaré”, três contratorpedeiros, três navios oceânicos, dois esquadrões de helicópteros e 2.037 fuzileiros navais), tendo sido efetuado, pela primeira vez, o movimento helitransportado. A simbiose dos soldados de mar aos marinheiros de nossa esquadra foi aumentada com o tempo, chegando ao seu ápice com a aquisição de doze carros-lagarta anfíbios em 1986, tendo sido utilizados pela primeira vez em 1987, no litoral de Santa Catarina.

As operações Dragão teriam uma constante evolução, acompanhando a capacidade de desembarque dos navios da Esquadra, bem como o planejamento acurado, realizado pelos oficiais do Corpo da Armada e do CFN. Como a mais complexa das operações militares, hoje a Dragão é considerada uma operação conjunta, que consta no caderno de exercícios conjuntos do Ministério da Defesa, abordando assuntos diversos, que vão desde o uso militar *stricto sensu* até as hodiernas operações multidomínio. Ao todo foram realizadas 35 operações Dragão de 1964 até 2000.

VOCAÇÃO EXPEDICIONÁRIA

Podendo ser considerado o início de sua história como o desdobramento do Terço da Armada da Coroa de Portugal em solo brasileiro no início da segunda quadra do século 17, os fuzileiros navais passaram a compor operações de paz na década de 1960, inaugurando uma fase que passaria a ser um de seus pilares. A manutenção de fuzileiros navais em Santo Domingo de 7 de junho de 1965 a 26 de setembro de 1966 deu à tropa a experiência e a *endurance* necessárias para modificar a mentalidade de forma permanente. Estas mudanças ficaram mais visíveis com a crescente participação do CFN com observadores em missões de paz na África ⁽⁵⁾, Ásia e América Latina ao fim da década de 1980 e início da de 1990, sendo seu ponto máximo a atuação no Haiti.

A missão em 1965 permitiu uma atuação mais assertiva em um ambiente hostil, aumentando a capacidade de permanência que deve possuir uma tropa expedicionária. Ao longo dos dezesseis meses em que esteve em solo dominicano, os fuzileiros navais tiveram a oportunidade de, em missão real, estabelecer pontos de bloqueio e controle de viaturas e pontos fortes, confrontar com grupos armados paramilitares, participar de operações aéreas e, o mais relevante, comparar seu adestramento com o de outras tropas, mormente as do próprio Exército Brasileiro, que também participava da missão, e de outros países como Paraguai, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica, constituindo-se em prova incontestada da boa formação do combatente anfíbio do Brasil.

Trinta anos mais tarde, os fuzileiros navais seriam empregados em outra missão de paz, desta vez em Angola, com uma companhia de fuzileiros navais e um pelotão de engenharia ⁽⁶⁾. Esta experiência também foi deveras proveitosa



Corte do bolo do Sesquicentenário pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek no Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais
Acervo: CFN



Vice-Almirante Serejo e Capitão de Mar e Guerra Teles Ribeiro cumprimentando o Cardeal Jaime Câmara após celebração da missa do Sesquicentenário
Acervo: CFN

para o aumento das capacidades operacionais das tropas de engenharia e de infantaria, cujo quartel estava em Chitembo, a 100 km da capital Luanda, e a quatro horas de viagem do Quartel-General do Exército Brasileiro. Certamente, o teste da capacidade expedicionária e do bom planejamento logístico foi feito. Uma diferença bastante perceptível em comparação com a ope-

ração na América Central consiste na postura “multidomínio” dos fuzileiros navais, que, além de realizarem as atividades estritamente militares, também deram suporte e apoio logístico a hospitais, além de aulas profissionalizantes de eletricidade, carpintaria, mecânica de automóveis e bombeiro hidráulico (Costa, 2005; p. 65).

Um ponto que se alia diretamente com sua história, a prontidão operativa, capacidade de operar e se desdobrar rapidamente em qualquer lugar onde surjam ameaças aos interesses brasileiros, observou grande evolução neste período, fruto de três principais razões: o advento das grandes operações anfíbias; uma doutrina própria de operações anfíbias; e a evolução constante dos materiais vocacionados a esta operação.

CONCLUSÃO

O pós-Segunda Guerra traria grandes evoluções doutrinárias e de material para o CFN. Tropa que remonta o Terço da Armada de 1621 e a Brigada Real de Marinha de 1797, foi apenas no alvorecer da Guerra Fria que sua estrutura passou a contemplar algo similar ao de hoje, observando-se certamente grande aproximação com a doutrina do United States Marine Corps. A formação dos primeiros oficiais naquelas paragens, bem como os acordos bilaterais firmados entre Brasil e Estados Unidos foram essenciais para esta construção deveras importante.

Também foi neste período que os centros de adestramento e instrução próprios passaram a surgir, livrando a tropa naval da tutela da Força Terrestre, com cursos de forma-



Desfile de meios de fuzileiros navais no Centro de Adestramento de Fuzileiros Navais por ocasião da aula inaugural do CAVANF

Acervo: CFN



Discurso do Exmo. Sr. Ministro da Marinha na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Quartel de Fuzileiros Navais de Brasília
Acervo: CFN

ção de soldados, cabos, sargentos e oficiais. A maior envergadura desta formação se refletiu na construção de arcabouço doutrinário sólido, que se desdobrou, e ora ainda se desdobra, em uma compilação de documentos táticos que também possuem grande valor estratégico, pois abarcam inclusive procedimentos em operações de paz. Esta modalidade de operação de emprego limitado da força, que teve sua alba em 1965, com a participação dos fuzileiros em Santo Domingo, balizou o ingresso da tropa expedicionária por excelência no léxico estratégico nacional, tendo sua atuação se repetido em Angola trinta anos depois.

Além disso, o aumento do número e vulto das operações anfíbias teve um grande recomeço em 1964 com a Operação Dragão, dando aos fuzileiros navais um renascimento anfíbio, e trazendo à superfície sua antiga vocação de três séculos atrás, quando o Terço foi enviado ao Brasil para expulsar os holandeses, e de século e meio, quando da conquista de Cayenne. Esta última, primeira expedição da Brigada Real da Marinha que contou com tropas brasileiras, portuguesas e inglesas, teve seus ecos nas operações VERITAS (hoje UNITAS) e nas que se seguiram, dando aos fuzileiros navais sua característica intrínseca da expedicionariedade e da facilidade em trabalhar com militares de outras nacionalidades.

Por fim, os fuzileiros navais do Brasil sempre se fiaram destas operações combinadas para observarem as melhorias tecnológicas

disponíveis, adaptando sua doutrina aos melhores equipamentos e ao ambiente operacional determinado pelos interesses brasileiros. Esta prontidão exigiu um largo processo de definições de eixos de adestramento e observações que dariam vida ao primeiro simpósio do CFN, atividade que daria impulso aos militares num mundo longe da bipolaridade e com maior participação das tropas pelo mundo, o que se observou durante as missões de paz com tropas desdobradas, as diversas operações de desminagem e de observadores militares. O CFN entraria no terceiro milênio, portanto, preparado para os novos desafios. ■

NOTAS

(1) Dentre as capacidades adquiridas pelo MAP, citemos a aquisição de navios de transporte de tropas (Custódio de Mello, Barroso Pereira, Ary Parreiras e Soares Dutra) e de embarcações de desembarque. Estas últimas foram subordinadas diretamente à Companhia Escola (outrotra funcionando na Fortaleza de São José) e ao Centro de Instrução do CFN (CICFN), ajudando na formação da primeira geração de fuzileiros navais, desde a década de 1860, a ser formada efetivamente visando ao desembarque (Costa, 2005; p. 24).

(2) Criada pelo Decreto n° 40.862, de 6 de fevereiro de 1957, era composta pelo 1º Núcleo da Divisão Anfíbia, Tropa de Reforço e Comando e Serviços.

(3) Quatro 155mm chegariam em 1978.

(4) Consta como meios navais a utilização do NAeL “Minas Gerais”; navios de apoio de fogo naval, doze embarcações de desembarque de veículo e pessoal e quatro embarcações de desembarque de veículo e material (Costa, 2005; p. 28). As aeronaves e o NAeL precisaram se ausentar antes do início efetivo do desembarque, dadas as condições climatológicas impeditivas para o lançamento de aeronaves.

(5) De acordo com Costa 2005; p. 53), “os fuzileiros navais estiveram em Angola (UNAVEM) de 1989 a 1998, Nicarágua/Honduras (ONUCA) de 1990 a 1992, El Salvador (ONUSAL) em 1992, Moçambique (ONUMOZ) de 1992 a 1995, Uganda/Ruanda (UNUMUR) em 1993, Honduras/Costa Rica/Nicarágua (MARMINCA) de 1994 até a presente data [2005], Iugoslávia (UMPREM) em 1996, Iugoslávia (UNTAES) em 1996, Peru/Equador (MOMEPE) de 1996 a 1999, Angola (MONUA) em 1998 e 1999, e Timor Leste (UNAMET) de 1999 até a presente data [2005]”:

(6) Esta configuração seria, portanto, o início da atual formação de grupamento operativo, coincidentemente de acordo com o atual manual da *Quick Reaction Force* das Nações Unidas.

* Capitão de Corveta (FN), Encarregado do Museu do CFN

REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DO ABASTECIMENTO

Criação do Centro de Operações do Abastecimento e do Centro de Suprimentos do Abastecimento

Diretoria de Abastecimento da Marinha

A constante evolução dos processos logísticos e o início da entrada em operação de novos meios com alto nível de tecnologia embarcada deram ensejo a uma reestruturação administrativa no setor da Secretaria-Geral da Marinha (SGM), especificamente, na área do Abastecimento, que visou ao apoio focado nos Setores Operativo e do Material.

Iniciado em 25 de janeiro de 2022, o processo de reestruturação teve dois grandes marcos. O primeiro se deu com a implementação da Coordenadoria Logística do Abastecimento (CLogAb), na própria estrutura da Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM). O segundo, com o desmembramento do Centro de Controle de Inventário da Marinha (CCIM) em duas Organizações Militares (OM), quais sejam, o Centro de Operações do Abastecimento (COPAb)⁽¹⁾, oriundo da alteração de denominação do CCIM, realizada em 31 de março de 2023, e o Centro de Suprimentos do Abastecimento (CSupAb)⁽²⁾, nova OM ativada em 31 de agosto de 2023.

Dentre os objetivos a serem alcançados com essas decisões da Alta Administração Naval destacam-se: a eliminação da execução de



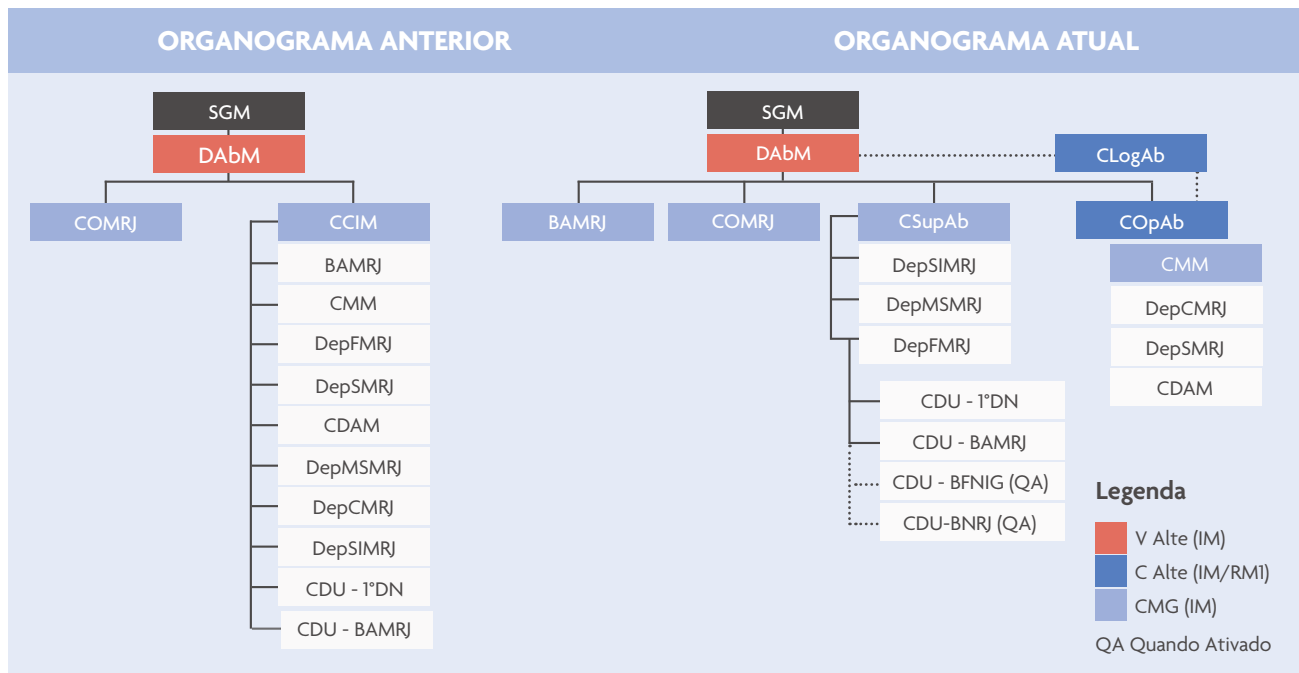
processos em redundância entre a DAbM e o CCIM e entre aquele Centro e suas dez OM subordinadas; a redistribuição de tarefas entre as OM envolvidas, de forma que o COPAb e o CSupAb possam atuar como gerentes das suas respectivas cadeias de suprimentos, permitindo à Diretoria de Abastecimento da Marinha aprimorar as atividades de Órgão de Direção Gerencial do Sistema de Abastecimento da Marinha (SAbM) e de Diretoria Especializada para os itens de sua jurisdição técnica; além do desenvolvimento do importante conceito

da Gestão do Ciclo de Vida (GCV) no SAbM, entre outros.

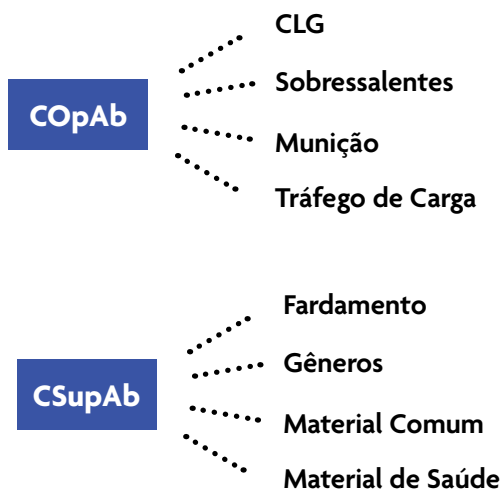
A nova estrutura possibilitará o aprimoramento da governança logística, otimizando a alocação de recursos e a gestão de fluxos operacionais e, concomitantemente, permitindo

uma tomada de decisões mais ágil e alinhada com os objetivos estratégicos.

O novo organograma da área do Abastecimento marca uma transição importante para uma estrutura menos concentrada, com pontos de contato claramente definidos.



A atribuição de Órgão de Controle que o antigo CCIM exercia, passou a ser dividida entre o COpAb e o CSupAb:



Conclui-se dessa forma que, além de aprimorar a governança logística na MB, a reestruturação na área do Abastecimento fortalece, também, o apoio e a prioridade aos Meios Operativos. ■



Ativação do CSupAb – a partir da esquerda: V Alte (IM) Vinicius (DAbM), Alte Esq (RM1) Liseo, CMG (IM) Luiz Mendes (CSupAb), C Alte (IM) Gustavo Pereira (COpAb), V Alte (Refº-IM) Mello, Alte Esq Vazquez (SGM)

NOTAS

- (1) Portaria nº45/MB/MD, de 6 de março de 2023
- (2) Portaria nº44/MB/MD, de 6 de março de 2023.

Veleiros e Navios-Escola da Marinha do Brasil representados na filatelia

Fernando Antonio B. F. de Athayde Bohrer*

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, foi trazida a bordo da Nau “Conde D. Henrique” a Real Academia de Guardas-Marinha, fundada em Lisboa, por Decreto de D. Maria I, em 14 de dezembro de 1782, e origem da Escola Naval no Brasil.

A partir de sua instalação no Brasil, em alguns períodos, o Estabelecimento de Ensino Superior mais antigo do País esteve situado e funcionando embarcado em navios da Marinha Imperial – de 1839 a 1849, a bordo da Nau “D. Pedro” e, de 1849 a 1867, a bordo da Fragata “Constituição”. Foram estes navios os precursores de nossos veleiros e navios-escola, onde os Guardas-Marinha concluem sua formação naval que é iniciada na Escola Naval.

Tais navios são revestidos de grande importância, tanto na formação dos futuros oficiais como cumprindo as tarefas de navios de presença, mostrando o Pavilhão Nacional brasileiro em diversos países, durante os cruzeiros de instrução.



2022 – Nau “D. Pedro” (Bicentenário da Esquadra)



2008 – Bicentenário da chegada ao Brasil da família real portuguesa



1982 - Envelope comemorativo aos 200 anos da Escola Naval (1782-1982), quando foram emitidos três selos retratando importantes navios-escola da Marinha do Brasil, NE “Benjamim Constant”, NE “Almirante Saldanha” e NE “Brasil”

Tão importantes e especiais eles foram e são, atualmente, que muitos foram perenizados na filatelia, onde suas imagens foram transformadas em belos selos e circuladas em correspondências pelo mundo afora.

Nosso propósito, neste trabalho, é o de apresentar ao leitor um breve histórico e a imagem de algumas peças filatélicas relativas a esses navios.



NAU “D. AFONSO”

A Nau “D. Afonso” foi o primeiro navio de guerra de propulsão mista vela e vapor da Marinha do Brasil (MB), constituindo-se em grande marco na história naval brasileira. Foi construído na Inglaterra e lançado ao mar em 23 de dezembro de 1847. Seu nome homenageou o primogênito de D. Pedro II e D. Tereza Cristina, falecido aos dois anos de idade.

Cartão postal retratando a Nau “D. Afonso”, com selo homenageando o Centenário do Museu Naval

NAVIO-ESCOLA “BENJAMIM CONSTANT”

O Navio-Escola “Benjamim Constant” foi construído nos Estaleiros Forges et Chantiers de la Méditerranée, na França. Seu nome homenageia o Doutor Benjamim Constant Botelho de Magalhães, um dos fundadores da República e Primeiro-Ministro da Guerra republicana.

Sua quilha foi batida em 18 de novembro de 1891 e lançado ao mar, em La Seyne, Toulon, em 11 de outubro de 1892. A Revolta da Armada (1893-1894) atrasou o seu recebimento, sendo entregue ao governo brasileiro em 10 de maio de 1894. Sua Mostra de Desarmamento foi realizada em 2 de março de 1926.



1982 - NE “Benjamim Constant”

NAVIO-ESCOLA “ALMIRANTE SALDANHA”

A autorização para obtenção de um novo navio-escola foi assinada, a bordo do Encouraçado “São Paulo”, pelo Presidente da República, em 7 de setembro de 1931. Visava essa medida preencher a lacuna deixada pela retirada do NE “Benjamin Constant” do serviço ativo.

Em 11 de junho de 1933, o batimento da quilha, no Estaleiro Vickers Armstrong, em Barrow-in-Furness, Inglaterra, foi o primeiro passo para dar forma a um veleiro clássico, do tipo “Lugar-real”, de quatro mastros e dezenove



1982 - NE “Almirante Saldanha”

velas. Foi lançado ao mar em 19 de dezembro daquele ano e incorporado à Armada em 26 de julho de 1934. Era o primeiro navio da MB a ostentar na popa o nome “Almirante Saldanha”, homenagem ao Almirante Luiz Philippe Saldanha da Gama.

No período compreendido entre 1935 e 1954, como navio-escola à vela, realizou quatorze viagens de instrução de Guardas-Marinha, dentre as quais uma de circum-navegação, em 1952 – a quarta empreendida por um navio da Marinha do Brasil.



1946 – Cartão postal do NE “Almirante Saldanha” com selo do Almirante Saldanha da Gama.



1946 – Correspondência circulada em envelope do Clube Filatélico do Brasil, com uma quadra de selos do Almirante Saldanha da Gama, em homenagem a seu centenário de nascimento. O envelope foi obliterado com carimbo do NE “Almirante Saldanha”, com timbre, à esquerda, do próprio Navio-Escola



1952 – Navio-Escola “Almirante Saldanha”

NAVIO-ESCOLA “GUANABARA”

O NE “Guanabara” foi construído no Estaleiro Blohm & Voss, em Hamburgo, na Alemanha, em 1937/1938. Foi batizado com o nome de “Albert Leo Schlageter”, sendo o terceiro veleiro de uma série de quatro que incluía o “Horst Vessel” (atual “Eagle” da Guarda Costeira dos Estados Unidos da América), o “Gorch Foch” (atual “Tovaritch” da Armada da Ucrânia) e o “Mircea”, construído para a Marinha da Romênia.

Durante a 2ª Guerra Mundial, o navio colidiu com uma mina quando transportava tropas no

Mar Báltico. Levado para os estaleiros do porto de Bremerhaven, foi capturado pelas forças norte-americanas, em 1945. Em 1948, foi adquirido pela MB, tendo sido incorporado com o nome de NE “Guanabara”, um belo veleiro-oceânico (VO).

Em 1962, após a Mostra de Desarmamento, quando foi desincorporado da Armada brasileira, foi cedido a Portugal, para desempenhar, naquela Marinha amiga, também, as funções de navio-escola. Recebeu a denominação de N.R.P. “Sagres”.



N.R.P. “Sagres” – Emissões dos Correios de Portugal e França

NAVIO-ESCOLA “CUSTÓDIO DE MELLO”

O NE “Custódio de Mello” ostentou esse nome em homenagem ao Almirante Custódio José de Mello, Ministro da Marinha do Governo Floriano Peixoto, tendo sido construído na cidade de Tóquio, Japão, no Estaleiro Ishikawajima Heavy Co Ltda. Foi lançado ao mar em 10 de junho de 1954 e incorporado à MB em 1º de dezembro de 1954, na cidade de Tóquio. Inicialmente recebido como navio transporte de tropas, foi convertido em navio-escola em 13 de julho de 1961, U-26. Deixou de ser navio-escola em 1986, tendo sua Mostra de Desarmamento realizada em 2002.

NAVIO-ESCOLA “BRASIL”

Em 1978, a Diretoria de Engenharia Naval (DEN) decidiu aproveitar o projeto do casco das Fragatas da Classe “Niterói” para construir um novo navio-escola, a fim de substituir o “velho, bravo e saudoso” NE “Custódio de Mello”, que tantas turmas instruiu, em seus cruzeiros. Portanto, em setembro de 1981, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) deu início à sua construção, casco número 106. Seu nome – BRASIL. Foi lançado ao mar em 23 de setembro de 1983 e, em 21 de agosto de 1986, incorporado à MB, na presença do Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Henrique Sabóia. Foi o oitavo navio-escola da MB e realizou sua primeira viagem de instrução no ano de 1987.

VELEIRO OCEÂNICO “CISNE BRANCO”

Em 4 de agosto de 1999, na Holanda, foi batizado e lançado ao mar o Veleiro Oceânico “Cisne Branco”.

Em cerimônia presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), em Lisboa, Portugal, no dia 9 de março de 2000, em Mostra de Armamento, foi incorporado à Armada brasileira. O nome ostentado na popa deste Veleiro – “Cisne Branco” – evoca a *Canção dos Marinheiros*, o Hino da Marinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, que deve trazer à lembrança de muitos leitores, os bons momentos vividos em nossos navios-escolas nas viagens de instrução de Guardas-Marinha, é um capítulo de minha coleção temática de selos, “A Marinha do Brasil e o Poder Naval Brasileiro: das Ideias da Escola de Sagres ao Século 21”, sendo todas as imagens das peças filatélicas digitalizadas dessa coleção. ■



Selo comemorativo aos 45 anos da XIII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha, realizada em 1971



1982 – Selo comemorativo do Bicentenário da Escola Naval com imagem artística do NE “Brasil”



2008 – Correspondência enviada pelo Comandante do VO “Cisne Branco” (CMG Flávio Soares Ferreira) de Tenerife, Ilhas Canárias, em setembro de 2008

* Capitão de Mar e Guerra (Refº)



81º ANIVERSÁRIO DA FORÇA NAVAL DO NORDESTE

Leonardo Fontenele de Araújo *1
Mateus Barbosa Souza *2

Alocução proferida durante a cerimônia alusiva ao 81º Aniversário de Criação da Força Naval do Nordeste (FNNE), realizada na Sede da Esquadra, em 5 de outubro de 2023.

na foz do Rio da Prata, bem próximo à cidade de Montevidéu. Na Conferência de Havana, em julho de 1940, um compromisso diplomático estabeleceu que um ato de agressão contra uma nação americana seria considerado um atentado contra toda a América. Assim – após o ata-

A 2ª Guerra Mundial foi o maior conflito da história da humanidade, envolvendo nações dos cinco continentes. Suas batalhas terrestres derramaram sangue em solo europeu, asiático e africano; já as batalhas navais e aeronavais afundaram embarcações de guerra, navios mercantes e aeronaves de caça e patrulha em águas do Atlântico, do Pacífico e do Índico. O conflito entre as forças beligerantes levou à morte cerca de cinquenta milhões de pessoas, mutilou quase cem milhões de corpos e afetou diretamente um bilhão de vidas.

Deflagrada a guerra, a Alemanha rapidamente avançou pelo teatro de operações terrestre na Europa Ocidental. Do outro lado do Atlântico, em dezembro de 1939, a Marinha Real britânica afundava o encouraçado alemão *Graf Spee*,



Aspirante Barbosa Souza

que japonês em Pearl Harbor, em dezembro de 1941, e a subsequente declaração de guerra dos Estados Unidos contra o Eixo – o Brasil se solidarizou com os norte-americanos e rompeu as relações diplomáticas com o Eixo, em 1942.

A ruptura diplomática e o incremento da parceria econômica e militar do Brasil com os Estados Unidos demonstraram às forças do Eixo que o governo brasileiro havia escolhido seu lado. Desse modo, em julho de 1942, os submarinos alemães e italianos foram autorizados a intensificar as operações contra os navios mercantes brasileiros e, a partir do mês seguinte, foram desencadeados os mais violentos ataques contra a Marinha Mercante brasileira. Em apenas sete meses, dezenove navios nacionais foram afundados pelos submarinos alemães e italianos, ceifando a vida de centenas de brasileiros, o que gerou expressiva comoção e clamor popular. Em resposta, no dia 22 de agosto de 1942 o Brasil decretou o estado de beligerância e, em 31, estado de guerra contra o Eixo. Estávamos mais uma vez em guerra para defender nosso território, soberania e liberdade.

O desafio era imenso. Nossos meios navais eram reminiscências da Esquadra de 1910. Contávamos com uma força naval com baixa modernização tecnológica e com dimensões limitadas em face da extensão do nosso litoral. Para além, não estávamos preparados para a guerra antissubmarina: não possuíamos sensores adequados, nem o adestramento correlato para o combate. Nossa doutrina antissubmarino era baseada ainda nas operações militares que se desenrolaram na 1ª Guerra Mundial e, assim, desatualizadas em relação ao que se passava, desde 1939, nas águas do Atlântico Norte e Mediterrâneo.

Os objetivos estratégicos dos Aliados extrapolavam o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do 1º Grupo de Aviação de Caça para a Itália. Era fundamental que a Marinha do Brasil ingressasse efetivamente na guerra, executando tarefas de defesa costeira, patrulha e controle de área marítima e, principalmente, escolta de comboios para o esforço de guerra na Europa, na África e na Ásia. Assim, coube à Marinha patrulhar o Atlântico Sul, e proteger os comboios de navios mercantes que trafegavam entre o Mar do Caribe e o nosso litoral sul, contra a ação dos submarinos e navios corsários do Eixo.

O Nordeste brasileiro tem funções geoestratégicas, pois permite a projeção de poder ao Atlântico. Assim, houve a instalação de bases aere-



Coroa de Flores oferecida pelo Clube Naval

vais dos Estados Unidos no saliente nordestino – ponto de menor distância entre as Américas e o norte da África – possibilitando a operação de aeronaves que patrulhavam as águas do Atlântico, contribuindo para a eficácia e sucesso dos comboios. É nesse contexto que surge a Força Naval do Nordeste. Criada pelo Aviso nº 1.661, de 5 de outubro de 1942, estava sob as ordens da 4ª Esquadra dos Estados Unidos.

Com o estabelecimento da Força, foi necessário também ampliar o número de organizações militares no Nordeste. Foi criado o Comando Naval do Nordeste, origem do Comando do 3º Distrito Naval; a Base Naval de Natal, o Hospital Naval de Natal e a 3ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais de Natal, depois Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal. Nesse processo, destacou-se o Almirante Ary Parreiras, designado para Chefe da Comissão de Instalação da Base Naval de Natal. Essas organizações ofereceram a infraestrutura necessária para viabilizar uma série de medidas de segurança, como por exemplo maior controle de acesso às áreas portuárias; diminuição da iluminação urbana nos locais próximos aos portos e fundeadouros para evitar a visualização de possíveis alvos pelos submarinos; e principalmente o estabelecimento de um rígido sistema de comboios para o tráfego mercante.

Sob o comando do Almirante Alfredo Carlos Soares Dutra, a Força Naval do Nordeste foi inicialmente composta pelos Cruzadores “Bahia” e “Rio Grande do Sul”, Corvetas “Carioca”, “Caravelas”, “Camaquã” e “Cabelado” e os Caça-Submarinos “Guaporé” e “Gurupi”. A ela seriam acrescidos o Tênder “Belmonte”, caça-submarinos, contratorpedeiros-de-escolta, contratorpedeiros classe “Marcílio Dias” e submarinos.

A Força Naval concluiu sua missão em 7 de novembro de 1945, ao regressar ao Rio de Janeiro. Sua eficácia contribuiu sobremaneira para



O Presidente de Honra da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Segundo-Tenente Melchisedech, concede ao Presidente do Clube Naval, Almirante Prado Maia, a medalha do Jubileu de 80 anos da FNNE “Almirante de Esquadra Alfredo Carlos Soares Dutra”

a livre circulação nas linhas de navegação do Atlântico Sul, agregando capacidade logística ao esforço geral de guerra aliado.

A Força navegou mais de seiscentas mil milhas marítimas e escoltou 3.164 navios mercantes nacionais e estrangeiros, em mais de 250 comboios de ida e volta. O volume transportado em segurança foi superior a dez milhões de toneladas de suprimentos para os Aliados. Além disso, a Força Naval do Nordeste realizou comboios especiais para transporte das tropas da FEB entre os meses de julho de 1944 e fevereiro de 1945. Também realizou patrulhas oceânicas, com médias de quatrocentas milhas diárias navegadas, entre Recife e a Ilha de Ascensão, no meio do Atlântico Sul. O sacrifício das tripulações foi imenso, a resistência física era superada a cada dia de mar em cruzeiro de guerra e alerta constante, agravado pelo desconforto, em prolongadas ausências e momentos de tensão em face das frequentes ameaças de submarinos.

As perdas brasileiras na guerra no mar somaram mais de trinta navios mercantes, com um total de 982 mortos. Além disso, três navios de guerra brasileiros naufragaram em consequência das fatigantes operações no mar: a Marinha do Brasil perdeu quase quinhentos de seus homens.

Em termos operacionais, a Marinha assimilou novas táticas de combate, em especial aquelas concernentes à guerra antissubmarino. Também incorporou novos meios navais e ampliou

sua capacidade para controlar áreas marítimas. A logística foi valorizada de modo singular, já que pela primeira vez era necessário operar e combater, simultaneamente, em todas as partes do planeta. Toda essa experiência de guerra foi essencial para forjar as futuras gerações de homens do mar. Em termos estratégicos, comprovou-se que o Brasil é ator relevante no cenário internacional e sua posição geoestratégica incide sobre as possibilidades de manutenção das indispensáveis linhas de comunicação marítimas no Atlântico.

Como bem disse o Almirante Jonas Ingram, da Marinha dos Estados Unidos, a Força Naval do Nordeste obteve um dos mais altos graus de eficácia na guerra antissubmarino no mundo, pois o combate aos submarinos alemães e italianos alcançou um índice de sucesso superior a 95%. Nossos militares souberam cumprir sua missão com coragem, determinação e patriotismo.

Este é, sem dúvida, o maior legado da guerra: o exemplo e o espírito de sacrifício daqueles que deixaram seus lares, sob o risco de suas próprias vidas, em defesa da Pátria! Mesmo sem as condições adequadas ao combate antissubmarino, não fugiram de seu juramento e se engajaram com coragem e abnegação! Graças ao seu empenho, o Brasil é uma nação livre e soberana. Sua conduta em face das adversidades é motor de inspiração aos jovens de hoje e do futuro! Se o passado nos honra, o futuro nos pertence!

Tudo pela Pátria! Viva a Marinha! Viva o Brasil! ■

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 2006.
- CESAR, William Carmo. *Uma história das guerras navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do poder naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013.
- DUARTE, Paulo. *O Nordeste na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEAL NETO, João Ferreira. *A guerra naval na costa nordestina*. Natal: Lucgraf, 2021.
- MASCARENHAS DE MORAES, João Batista. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- MCCANN, Frank. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra: O processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Manole, 2003.

*1 e 2 Aspirantes

AMAZÔNIA AZUL

DESAFIOS E AÇÕES VISANDO AO PROTAGONISMO BRASILEIRO NO ATLÂNTICO SUL

Marcelo Gameleira Correa *

Este artigo é uma síntese do trabalho vencedor do Concurso Almirante Paulo Moreira da Silva 2023. A versão completa está disponível na Biblioteca do Clube Naval.

Por milênios, o mar foi percebido, meramente, como uma fonte de alimento para a humanidade, até que, a partir do século 15, as Grandes Navegações provocaram uma mudança desse *status* original, uma vez que o mar foi intensamente utilizado para o transporte de pessoas e mercadorias, impulsionando a descoberta de novos povos e territórios, bem como o comércio entre civilizações.

Com a chegada do século 18, por ocasião da Revolução Industrial, ocorre uma nova mudança dessa condição, já que a humanidade passa a conceituar o mar de forma moderna e abrangente, incorporando e reconhecendo seu papel como importante fonte de riqueza e meio de comunicação (COUTAU-BEGARIE, 2011).

Atualmente, o ambiente marinho se reveste de um *status* de poder e riqueza, alimentando desafios e cobiças, constituindo-se na última fronteira a ser explorada econômica e estrategicamente. Além disso, o crescimento da população mundial, que se estima ultrapassar nove bilhões de pessoas até a metade deste século, estimula as nações a buscarem por novos recursos naturais, alimentos e fontes de energia ofertados pelo ambiente marinho, de forma a promover o desenvolvimento desses países.

A DÉCADA DO OCEANO E AGENDA 2030

Nesse íterim, a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030), chamada de “Década do Oceano”, inserida no escopo da Agenda 2030, cuja proposta foi apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2017, traz alguns aspectos relacionados aos Oceanos: Mudança Climática, Transição Energética e Economia Azul (ONU, 2017).

Em paralelo, a Agenda 2030 tem como Plano de Ação erradicar a pobreza, proteger o planeta e alcançar a paz e a prosperidade e, por isso, foram estabelecidos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando-se o de número quatorze, que trata do compromisso de conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos, conforme figura abaixo.



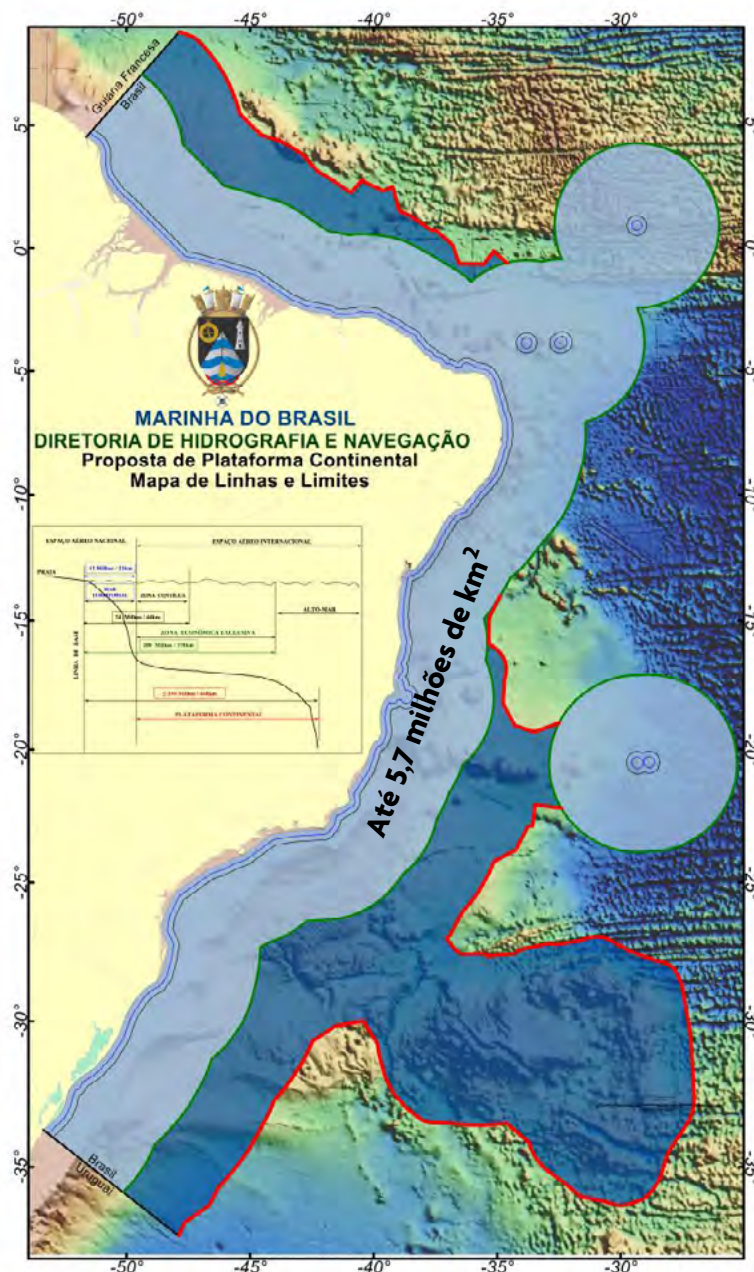
AMAZÔNIA AZUL E A ECONOMIA AZUL (BLUE ECONOMY)

Nesse contexto, em conformidade com o Planejamento Estratégico da Marinha (PEM) 2040, o mar e as hidrovias são vitais para o Brasil. Nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o País possui direitos patrimoniais e de soberania que incluem o aproveitamento econômico de recursos definidos pelos limites da Plataforma Continental, constituindo uma área que, acrescida da Elevação do Rio Grande (ERG), abrange 5,7 milhões de km², sendo conhecida como AMAZÔNIA AZUL, conforme figura à direita, além de 60.000 km de hidrovias (BRASIL, 2023).

Sob a perspectiva da Economia do Mar, a Amazônia Azul é compreendida como uma área de exploração exclusiva brasileira, apresentando o potencial de gerar riqueza para as futuras gerações e que, por isso, necessita ser preservada e protegida. Essa área engloba mais de 95% do tráfego de nosso comércio exterior e cerca de 97% da extração do petróleo nacional, sendo, ainda, detentora de incontáveis recursos vivos, minerais e sítios ambientais, com a existência de estratégicos portos, centros industriais e de energia. Além disso, os cabos submarinos, que cruzam essa área, são responsáveis por 99% da transmissão de dados de comunicação do País e segundo maior *hub* mundial.

A Economia do Mar, nesse contexto, leva em consideração as atividades direta e indiretamente relacionadas ao mar, abrangendo doze setores econômicos de dezessete estados e 280 municípios defrontantes ao mar, representando 19% do PIB nacional (CARVALHO, 2018). Em contrapartida, a Economia Azul, conceito mais amplo, trata do uso sustentável dos recursos marinhos, que aborda o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a criação de empregos e a conservação dos ecossistêmicos oceânicos e costeiros.

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), as riquezas geradas nas atividades realizadas no ambiente marítimo alcançarão US\$ 3 trilhões até 2030, o que representará mais de quarenta milhões de empregos, o que denota a relevância desse ambiente para o desenvolvimento econômico-social em todo o planeta, incluindo o potencial econômico de exploração e exploração sustentável da Amazônia Azul. Contudo, é importante compreender as ameaças contemporâneas que podem comprometer essas atividades econômicas (OCDE, 2016).



O CONCEITO DE SEGURANÇA AMPLIADA

Segundo Baldwin (1997), além da tradicional preocupação com a segurança devido a ameaças militares externas, conforme os princípios da teoria Realista, a maioria dos estudiosos parece estar mais interessada em redefinir as agendas políticas dos estados-nações, de forma a incluir e dar prioridade a tópicos como pobreza, comércio, economia, direitos humanos, crimes transnacionais e meio ambiente.

Assim, as percepções de segurança mudaram de uma "Agenda Tradicional", centrada no Estado e baseada em abordagens realistas, após a

Guerra Fria, para um cenário de questões “Não Tradicionais”, conforme a teoria do Liberalismo. Desse modo, as seguintes ameaças passaram a exercer protagonismo: o terrorismo, pirataria marítima, criminalidade organizada transnacional, pesca ilegal e não declarada, ciberataques, pandemias e disputas marítimas.

Tais ameaças à Segurança Nacional, cujo conceito se refere à proteção dos interesses e da soberania de um país contra ameaças internas e externas, demandam a elaboração de uma Grande Estratégia Nacional (GEN), visando orientar a ação do Estado para responder a tais ilícitos. É importante destacar que a garantia dessa Segurança Ampliada é de responsabilidade primária do chefe do Executivo e, também, de toda a sociedade. Nesse contexto, a MB exerce um relevante papel no entorno estratégico brasileiro, definido pelos limites geoestratégicos estabelecidos na PND, englobando 55 milhões de km² e 14 milhões de km² de área SAR (*Search and Rescue*).

O ATLÂNTICO SUL

Pelo Atlântico Sul (AS) navegam duzentos mil navios/ano, transportando 80% do petróleo importado pela Europa Ocidental e 40% das importações dos Estados Unidos da América (EUA), possuindo as seguintes ligações com demais oceanos: ao Sul, com o Oceano Austral; a Leste, com o Índico; e a Oeste, com o Pacífico. Por esse motivo, no caso de crises que acarre-

tem o fechamento do Canal de Suez e/ou do Panamá, as comunicações no AS ganham importância, uma vez que poderão garantir o tráfego marítimo entre esses vitais oceanos, atuando como Linha de Comunicação Marítima (LCM) alternativa, conforme ocorrido durante a Guerra dos Seis Dias (1967). Além disso, surge como alternativa às tradicionais LCM entre o Oriente e o Ocidente, que não comportam grandes cargueiros e petroleiros navegando no canal de Suez e Panamá.

Outro aspecto a ser pontuado é que as LCM brasileiras possuem distinta relevância no escoamento do agronegócio e na importação de fertilizantes e produtos eletrônicos. Pelo Arco Norte do Brasil são escoados cerca de 50% da produção de milho e soja brasileira. As descobertas de grandes reservas de recursos vivos e não vivos, nos dois lados do AS, conferiram à região valor estratégico, o que, por sua vez, reacendeu o debate acerca da presença de potências extrarregionais e, por conseguinte, a segurança e manutenção da paz na região.

No entorno estratégico brasileiro existem os seguintes pontos de importância geoestratégica: os campos petrolíferos *offshore* na bacia de Campos, na foz do Amazonas e bacia do Suriname; ERG; cabos submarinos no litoral brasileiro; arquipélago de ilhas no Reino Unido; canal do Panamá; pesca ilegal e pirataria no Golfo da Guiné; foz do Rio Amazonas, em virtude da possibilidade de internacionalização da Amazônia; e continente antártico.

Navio-Patrolha “Gurupá” (P46)
próximo a navio mercante
Foto: Flickr MB



Convém, ainda, salientar quais países exercem expressiva influência no AS. Para tanto, uma análise geopolítica do AS, abordando aspectos econômicos, históricos, militares e políticos, permite identificar como principais atores internos a França, Reino Unido, Argentina, Nigéria e África do Sul, bem como os EUA e a China como preponderantes atores externos. Observa-se que a China é o país de maior presença econômica na região, realizando investimentos em infraestrutura de portos no AS, visando à expansão marítima e digital da Rota da Seda e maior influência naquela região.

Assim, a partir do anteriormente exposto, é possível perceber que a importância estratégica do AS vem se alterando nos últimos anos, acompanhando sua crescente valorização por parte dos Estados sul-americanos e da costa ocidental da África, bem como das grandes potências. No entanto, a adoção de mecanismos mais eficazes de colaboração de controle regional, como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), ainda se apresenta deficiente, por falta, principalmente, de sua influência política e militar.

OS CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PODER NAVAL

Em decorrência, as Forças Armadas (FA) deverão estar prontas a usarem seu poder de combate de modo a coibir tais ilícitos, o que, em razão das especificidades do ambiente marinho, ressalta a importância do Poder Naval, um dos componentes da Expressão Militar do Poder Nacional.

Assim, os Objetivos de Defesa (OBDEF), Objetivos Navais (OBNAV) e os Campos de Atuação do Poder Naval (CAPN) deverão estar alinhados, incluindo os Objetivos Nacionais Fundamentais, previstos no artigo 3º da Constituição Federal do Brasil (CFB) de 1988, em especial, os incisos II e III, que tratam da garantia do desenvolvimento nacional e da erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais regionais.

Nesse diapasão, de acordo com a CFB/1988, em seu artigo 142, a Marinha é uma das FA responsáveis pela Defesa da Pátria, pela garantia dos poderes constitucionais e pela garantia da lei e da ordem. A Constituição também atribui à Marinha a responsabilidade pela defesa dos interesses marítimos do Brasil, incluindo a proteção dos espaços marítimos brasileiros e o controle das águas territoriais, assim como outras atribuições subsidiárias.



Navio-Patrolha Oceânico “Amazonas” (P121) deixando o Rio de Janeiro e tendo como próximo destino a cidade de Walvis Bay, na Namíbia, durante a Operação *Obangame Express* 2022. No decorrer dos exercícios, foram geradas abordagens colaborativas e não colaborativas para cenários simulados de suspeitas de atividades de pesca ilegal, imigração ilegal, tráfico de drogas e de armas, pirataria, contrabando, sequestro e roubo armado, juntamente com as Marinhas da Namíbia, Angola, Congo e República Democrática do Congo

Foto: Flickr MB

Por meio de suas ações, a MB busca assegurar a paz, a estabilidade e a segurança marítima no Brasil e na região, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País e para a proteção dos interesses nacionais em todas as áreas marítimas. Dessa forma, o Poder Naval atua, prioritariamente, nos seguintes campos: Defesa Naval, Segurança Marítima, Diplomacia Naval e no Apoio às Ações do Estado, conforme quadro na página ao lado.

Nesse contexto, surgem os seguintes questionamentos: qual a MB que a sociedade espera para o futuro? Com qual insumo de poder, *softpower* ou *hardpower*, o Brasil se tornará protagonista no entorno estratégico brasileiro? Todavia, entende-se que a Defesa Naval não pode ser esquecida, haja vista à priorização de outras tarefas motivada pelo surgimento dessas novas ameaças multifacetadas.

Nessa égide, é importante que a Marinha do Brasil reavalie os seus OBNAV, por meio das principais entregas para a sociedade, direcionando-os para ações que justifiquem a existência da MB, os quais poderão ser agrupados por CAPN, conforme sugestão abaixo, privilegiando, principalmente, a Defesa Naval e a Segurança Marítima.

- Defesa Naval: defender os interesses nacionais no domínio marítimo; proteger as Infraestruturas Críticas do Poder Marítimo (ICPM); e manter as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) e Linhas de Comunicação (LC) fluviais de interesse nacional.

CAMPOS DE ATUAÇÃO E TAREFAS BÁSICAS DO PODER NAVAL (TBPN) ASSOCIADAS

			
Defesa Naval	Segurança Marítima	Diplomacia Naval	Apoio às Ações do Estado
<ul style="list-style-type: none"> • Controlar Áreas Marítimas e Águas Interiores • Negar Uso do Mar • Projetar Poder • Realizar Proteção Marítima 	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar Áreas Marítimas e Águas Interiores • Realizar Proteção Marítima • Prover a Segurança do Tráfego Aquaviário 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetar Poder • Contribuir para Segurança e Desenvolvimento Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para Segurança e Desenvolvimento Nacional

- **Segurança Marítima:** garantir os direitos de soberania na Amazônia Azul; prover a Segurança do Tráfego Aquaviário; e combater, de forma singular ou integrada, os delitos transnacionais e ambientais nas AJB, estendendo-se, no caso da pirataria marítima, à Plataforma Continental, ao alto mar ou a qualquer outro lugar que não se encontre sob a jurisdição de algum Estado.
- **Apoio às Ações do Estado:** garantir os Poderes Constitucionais e, quando demandado, a Lei e a Ordem; fomentar o desenvolvimento do Setor Estratégico Nuclear de Defesa; promover o desenvolvimento do Poder Marítimo; defender os interesses do Brasil na Antártica.
- **Diplomacia Naval:** apoiar a Política Externa.

CONCLUSÃO

A sociedade brasileira ainda não absorveu uma conscientização sobre a importância do mar e de investimentos em defesa visando à proteção da Amazônia Azul, o que dificulta as discussões no Congresso Nacional para ampliação do patamar orçamentário da Defesa, conforme pesquisas recentes realizadas. Diante desse cenário, é importante que haja um Poder Naval com capacidade crível para dissuadir e de executar, prioritariamente, a Defesa Naval e a Segurança Marítima, além de possibilitar a sua atuação como protagonista regional.

Afinal, em algum momento no futuro, a sociedade brasileira poderá ser surpreendida pe-

los interesses de potências extrarregionais, que têm procurado ampliar o seu domínio sobre o mar, não somente para o controle de suas LCM, mas também pela busca de recursos marinhos e novas fontes de energia, visando ao seu crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, em virtude dos limites ecológicos de seus recursos terrestres e para garantir os seus esforços de guerra. ■

REFERÊNCIAS

- BALDWIN, David A. *The Concept of Security*. Review of International Studies, n. 23, p. 5-26, 1997.
- BRASIL. MARINHA DO BRASIL. *Planejamento Estratégico da Marinha 2040*. Brasília: MB, 2020a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/arquivo.pdf> Acesso em: 27 fev. 2023.
- CARVALHO, A. B. *Economia do mar: Conceito, Valor e Importância para o Brasil*. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Economia do Desenvolvimento, PUCRS, 2018.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Traité de Stratégie*. Paris: Economica, 2011.
- OCDE. *The Ocean Economy 2030*. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/economics/the-ocean-economy-in-2030_9789264251724en> Acesso em 16 mar. 2023. ONU.
- ONU. *The Ocean Conference 2017*. Disponível em: <www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2017/05/Ocean-fact-sheetpackage.pdf> Acesso em 08 jun. 2023.

*Capitão de Mar e Guerra (IM), Oficial-Aluno do Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval

O Curso “ESTRATÉGIA MARÍTIMA” da FEMAR: *um depoimento*

“O Brasil deve seguir o exemplo da Inglaterra, se aspira ser respeitado e forte. É no mar que está o futuro deste grande império.”

Almirante Lord Cochrane
Primeiro-Almirante da
Armada Nacional Imperial

Carlos Alexandre Klomfahs

Mentalidade marítima, dentre outras definições, pode ser considerada como condição em que cidadãos de um país se interessam, conhecem, se envolvem e participam das capacidades e potenciais marítimos de seu país. O breve artigo é um agradecimento à Fundação de Estudos do Mar – FEMAR, aos marinheiros e ao Clube Naval e objetiva compartilhar experiências, notadamente sob o prisma civil, obtidas durante o curso sobre Estratégia Marítima (ESMAR), realizado em 2023.

Pois bem. O primeiro ESMAR ocorreu em 2009, por influência do então presidente da FEMAR à época (instituída em 31 de maio de 1966 pelo Clube Naval), com o Superintendente de Ensino da Escola de Guerra Naval (EGN). Considerando que em 2015 o curso não foi aberto, em 2023 tivemos sua 15ª edição.

O propósito do curso é fomentar junto ao público-alvo a mentalidade marítima, com conhecimento sobre Estratégia Marítima, o Poder Naval e Marítimo brasileiro, estimulando nos cidadãos o interesse e o desejo de usufruir e proteger essa grandiosa riqueza nacional.



Conseqüentemente, pode-se conhecer a estrutura do Poder Naval e Marítimo brasileiro, a importância do mar para a soberania nacional, segurança alimentar brasileira, comércio exterior, a proteção do ecossistema marinho, gestão sustentável e a governança dos oceanos, incluindo o relevante papel da exportação de agronegócios para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional etc.

Particularmente, buscou-se rever aspectos importantes da história da Marinha do Brasil, sua estrutura organizacional, seus patronos e personalidades navais.

Ora, estudos de alguns livros permitiram conhecer aspectos relevantes à mentalidade marítima como: navios; cascos; classificação dos navios; manobra do navio; transporte de carga; sobrevivência no mar; sistema marítimo global de socorro, segurança e condições sanitárias e de higiene. Também possibilitaram acesso à fisiografia dos fundos oceânicos; vida marinha; recursos marinhos vivos e não vivos; maricultura, espaço marítimo brasileiro; Brasil e oceanopolítica do Atlântico Sul; estratégia naval; governança e economia do mar; diplomacia do oceano; gestão de zona costeira; hidrografia; portos; setor pesqueiro; marinha mercante; direito marítimo; geopolítica do petróleo e autoridade marítima brasileira. Já sob a perspectiva histórica, de especial relevância à cultura militar, as experiências vivenciadas permitiram ainda que se entendesse o papel da Marinha Imperial na Guerra de Independência.

Dedicou-se, também, tempo ao estudo da história naval, pesquisando e conhecendo insti-

tuições de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) da Marinha como os Centros Tecnológicos da Marinha (SP/RJ), o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) e o CINA – Centro Industrial Nuclear de Aramar, dentre outros.

Durante o curso pode-se aquilatar a grandeza e os desafios de defesa e desenvolvimento impostos ao País, destacando-se o relevante papel da defesa naval, a exploração *offshore* de petróleo/gás e o potencial da exploração/exploração de mineração submarina.

Dentre outros temas escolhidos para pesquisas pessoais sobre “geopolítica do mar”, recordando-se a comemoração dos 195 anos de relações diplomáticas Brasil-Rússia, em 3 de outubro de 2023, escolheu-se o Poder Marítimo/Naval da Federação Russa, desde o nascimento da Marinha Imperial Russa.

Na pesquisa comparada, viu-se que o pleno desenvolvimento da Rússia como potência marítima no século 18 formou-se na ideia de que uma frota mercante forte deveria servir aos interesses do país, sendo um dos componentes importantes do seu poder econômico. Para se ter uma ideia, em 1991, a frota mercante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era uma das maiores do mundo; com isso se vê que a mentalidade marítima do povo russo foi progressivamente se desenvolvendo.

Ainda recordando fatos históricos navais, Faddei Bellingshausen foi o explorador russo que serviu como oficial da Marinha Imperial da Rússia e comandou a segunda expedição russa a circum-navegar o globo, vindo a ser a primeira pessoa a avistar o continente antártico, em 1820, no comando da primeira expedição antártica russa, chegando ao Rio de Janeiro em 1819, onde foi recebido, junto com sua tripulação, por Dom João VI. Em 2020, foi colocada uma estátua em sua homenagem, com a presença da MB, próximo ao aeroporto Santos Dumont, em frente à Marina da Glória e próximo à Escola Naval.

Desse modo, comparou-se não só o Poder Naval, mas sobretudo o Poder Marítimo, já que o país é um dos maiores exportadores de petróleo/gás do mundo (via Gazprom), com importância e presença política/estratégica no Ártico e na Antártica, nosso principal parceiro nos BRICS e possuidor das maiores frotas navais de quebra-gelo à propulsão nuclear do mundo, um campo de interesse para o Brasil quanto à miniaturização de reatores.

Destarte, o curso permitiu o estudo comparado entre estes dois grandes países que dividem diversos problemas e oportunidades em

comum para uma mentalidade marítima, uma nova agenda econômica como o uso sustentável do mar e o respeito aos recursos marinhos às próximas gerações.

As pesquisas realizadas evidenciaram que o setor marítimo é responsável por 90% do comércio internacional e a vocação brasileira desse setor corresponde a 95% do comércio internacional brasileiro e 10% do comércio marítimo global.

Todavia, fora tudo isso, permanecem ainda desafios imensos na defesa do ecossistema marinho, destacando a preocupação dos dois países, de que a riqueza de recursos pesqueiros marinhos está associada com o respeito à capacidade de (re)produção biológica daquele ecossistema.

Vale recordar ainda a relação da mentalidade marítima e a trajetória do Direito Ambiental, com a Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU, no Rio de Janeiro em 1992 e o surgimento dos princípios elementares aplicados ao ecossistema marinho, como da “precaução e do desenvolvimento sustentável”, dentre outros relevantes.

Com efeito, somente quando a sociedade é despertada pela mentalidade marítima, ela valoriza a economia do mar e a importância de se proteger esse valioso recurso, visando ao binômio “Defesa e Desenvolvimento” em sua plena harmonia.

Em suma: o curso ESMAR proporciona ao aluno conhecimento das riquezas do mar, da Amazônia azul, e dos desafios diante do ODS-14: “Vida abaixo de água”, um dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU em 2015, à luz dos princípios da precaução e do direito intergeracional, previsto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Em arremate: encômios são devidos à Marinha do Brasil, à FEMAR, à EGN e ao Clube Naval pelos 139 anos de participação relevante no cenário nacional, oportunizando essa contribuição que colima enaltecer a mentalidade marítima brasileira.

O dístico “lembrai-vos da guerra”, inscrito na parede externa da Escola de Guerra Naval é uma lembrança solene de que o desenvolvimento socioeconômico do Brasil deve ser conjugado com a mentalidade marítima da sociedade e com a defesa intransigente de nossa soberania marítima. ■

*Advogado na área de Direito Internacional, aluno da FEMAR/EGN 2023



MARINHA LANÇA CAMPANHA DO DIA DO MARINHEIRO EM BRASÍLIA

Vídeo institucional estreou durante Cerimônia de Substituição da Bandeira, na Praça dos Três Poderes

Centro de Comunicação Social da Marinha

A Marinha do Brasil (MB) lançou a campanha do Dia do Marinheiro em 3 de dezembro, durante a Cerimônia de Substituição da Bandeira Nacional, na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF). Anfitriã do evento, a Força exibiu um videoclipe institucional alusivo ao dia 13 de dezembro.

O público presente pôde conferir, pela primeira vez, o vídeo que traz como pano de fundo a

canção “Maresia”, com letra de Antônio Cícero e Paulo Machado, e que se tornou um grande sucesso da música popular brasileira (MPB) na voz e interpretação de Adriana Calcanhotto. A peça publicitária apresenta a nobreza do espírito marinha, manifestado na disposição de superar dificuldades em prol do cumprimento do dever. O vídeo oficial foi filmado em diversas cidades brasileiras, entre elas Belém (PA), Salvador (BA)

e Rio de Janeiro (RJ), e o resultado pode ser assistido no canal da Marinha do Brasil no *YouTube*: www.youtube.com/marinhaoficial.

A professora Leomar Gomes de Sousa, de 58 anos, mora em Brasília desde 1986 e prestigiou a cerimônia pela primeira vez. “O evento foi lindo. A Marinha do Brasil mora no meu coração. Ah! Se eu fosse marinheira eu seria feliz como os marinheiros são, respeitando o povo do Brasil, trabalhando pela melhoria de nosso país, dedicando-se ao povo com amor e respeito, com integração, alegria, amor e muito orgulho de serem marinheiros”, afirmou.

Estiveram presentes, na Cerimônia, o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, o Comandante do 7º Distrito Naval, Vice-Almirante José Vicente de Alvarenga Filho, além de embaixadores e membros de Corpos Diplomáticos de nações amigas, parlamentares, Ministros do Superior Tribunal Militar, e outras autoridades civis e militares. O evento contou com a participação da Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e de uma Guarda de Honra, formada por uma Guarda da Bandeira, um pelotão de marinheiros e dois pelotões de fuzileiros navais, além da Banda de Música do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

“A cerimônia cívico-militar acontece na Praça dos Três Poderes, e isso a reveste de significado especial, na medida em que a Praça, por si só, expressa a institucionalização e os caros valores democráticos. O 13 de dezembro homenageia o Patrono da Marinha, Almirante Tamandaré, e reverencia marinheiros e fuzileiros navais, homens e mulheres, que se dedicam diuturnamente ao serviço da Pátria. A Marinha é de todos os brasileiros!”, celebrou o Comandante da MB, Almirante Olsen. Segundo ele, a Força tem uma série de atribuições em benefício da sociedade e voltadas para o atendimento dos interesses da população brasileira.

Durante o hasteamento da nova Bandeira, foi executado o Hino Nacional e, simultaneamente, foram soadas sete vivas em toques de apito marinheiro e uma bateria de salvas efetuou 21 tiros de canhão. Já

no arriamento do pavilhão substituído, cantores líricos da Banda Marcial do CFN entoaram o Hino à Bandeira.

Também acompanharam a cerimônia alunos dos Colégios Militares Dom Pedro II, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e do Colégio Tiradentes, da Polícia Militar do DF, além de crianças dos projetos sociais conduzidos pela MB no Distrito Federal.

O encerramento foi marcado pela apresentação da Banda Marcial do CFN, que tocou hinos e canções militares e também sucessos da MPB, e realizou movimentos sincronizados de ordem unida em deslocamento, pontuando características essenciais do CFN como garbo, marcialidade, destreza e disciplina.

SOBRE A CAMPANHA DO DIA DO MARINHEIRO

Com o tema “Ah, se você fosse marinheiro!”, em 2023 a campanha do Dia do Marinheiro aconteceu até 31 de dezembro. Em várias cidades do País, a população pôde participar de visitação a navios, competições esportivas, cerimônias religiosas, apresentação de bandas de música da Marinha, eventos beneficentes, palestras e exposições. A Força também realizou Ações Cívico-Sociais e Paradas Navais.

Como no trecho da canção tema, “sem peso e com poesia”, as peças da campanha 2023 mos-



Autoridades presentes na cerimônia cívico-militar
Imagem: 1 SG-ES Menezes/Marinha do Brasil



Painéis eletrônicos no canteiro central da Estrada Parque Aeroporto, em Brasília

travam os militares que escolheram a Força Naval para servir à Pátria e as atividades desempenhadas por eles nas diferentes regiões do País, considerando a diversidade geográfica e cultural. As artes também convidavam os brasileiros a se imaginarem nessa carreira e a refletirem sobre o que fariam se fossem marinheiros.

Todas as peças gráficas e audiovisuais podiam ser acessadas no *hotsite* www.marinha.mil.br/dia-do-marinheiro, criado pela Marinha especialmente para comemorar a data. No espaço, era possível ficar por dentro das principais notícias sobre as comemorações do Dia do Marinheiro em todo o Brasil. Nas mídias sociais oficiais Instagram e Facebook aconteceu a cobertura em tempo real nos *stories*, no dia 13 de dezembro.

A cantora Adriana Calcanhoto reflete sobre a importância da Marinha em aproximar a população dos assuntos relacionados ao mar: “Eu acho que a relação do brasileiro com o mar vem melhorando a partir da nova e da novíssima geração, e acho que a Marinha é muito importante nesse sentido de educar os brasileiros em relação a sua costa. Depois de um final de semana na beira da praia, o mar fica imundo, a praia fica suja, as pessoas jogam lixo. Eu acho que essa mentalidade está mudando, mas ela precisa mudar mais rápido. Eu acho que pode melhorar e muito.”

SOBRE O DIA DO MARINHEIRO

A data homenageia o Almirante Joaquim Marques Lisboa Marquês de Tamandaré, que nasceu no dia 13 de dezembro de 1807. Ao contrário da maioria dos militares, que inicia a carreira nos cursos de formação, ele começou embarcado, aos quinze anos, participando como voluntário da Guerra da Independência do País (1822-1823).



Outdoor em frente à sede do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília



Artes da campanha também exaltam diversos pontos turísticos do País

Assumi o comando de um navio de guerra aos dezoito anos, durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828), e, como Almirante, comandou a Força Naval brasileira, contribuindo para a vitória na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), maior conflito militar da América do Sul. O Patrono da Marinha teve sua conduta reconhecida ao ter seu nome inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, abrigado no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, na capital federal.

O TRADICIONAL “BANDEIRÃO”

Tradicionalmente, no primeiro domingo de cada mês é realizada a Cerimônia de Substituição da Bandeira Nacional, popularmente conhecida como “Bandeirão”, quando o novo Pavilhão deve atingir o topo do mastro antes que o anterior comece a ser arriado. Em cumprimento à Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, a Bandeira Nacional é mantida permanentemente içada no topo do mastro especial da Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF).

Essa é a maior bandeira hasteada do mundo, com 286 m² e noventa quilos. O mastro possui cem metros de altura e em sua base está grafada a frase: “Sob a guarda do povo brasileiro, nesta Praça dos Três Poderes, a Bandeira sempre no alto”. A cerimônia de substituição é feita com revezamento entre: Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e Governo do Distrito Federal.

A MB também promoveu a cerimônia de substituição do Pavilhão Nacional em junho deste ano, ocasião em que se comemorou o Dia da Marinha, em alusão ao aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, e em setembro, mês em que se celebra a Independência do Brasil. ■



Cerimônia do “Bandeirão” marcou o início das celebrações ao Dia do Marinheiro
Imagem: 1 SG-ES Menezes/Marinha do Brasil

O ESPÍRITO DE TURMA COMO BASE PARA SERVIR

Redação vencedora do Concurso Literário patrocinado pela Turma Beauclair com o tema "Espírito de Turma", destinado aos alunos do 4º ano da Escola Naval.

Wellington Pessoa dos Reis *

Para formar militares é necessário impor-lhes diversos desafios, afinal, serão estes homens e mulheres que terão a nobre missão de defender a Pátria com o sacrifício da própria vida. Portanto, é necessário serem submetidos a uma árdua e rigorosa formação. E é nesse processo que surge o que chamamos de "Espírito de turma", pois algumas barreiras só são possíveis de serem ultrapassadas ao ombrearmos com nossos irmãos de batalha, que compartilham das mesmas dificuldades e possuem o mesmo objetivo.

O processo seletivo para ingresso na carreira é algo bastante individual, cada candidato tem a tarefa de não apenas se provar merecedor de pertencer à instituição, como deve também obter desempenho superior ao de seus concorrentes, afinal, é necessário selecionar os melhores dentre todos os candidatos. Após um processo

tão individual como este, têm-se os nomes que irão compor aquela turma, que ainda se encontra em processo muito embrionário, pois aqueles indivíduos ainda não se conhecem, não possuem laços de amizade e muitos nem mesmo tiveram a oportunidade de se ver durante as diversas etapas do processo seletivo. Porém, todos juntos, agora, formam mais uma turma de futuros defensores da bandeira, que irão passar juntos pelas mesmas barreiras do processo de formação, ainda que a experiência de cada um seja individual.

É durante esse processo de formação que surge o "Espírito de turma", uma força que nasce através da camaradagem e da amizade, que surge ainda muito cedo, mas que perdura por toda eternidade. São desde os momentos de brincadeira e descontração, até os momentos de dificuldade, como, por exemplo, quando um militar se encontra com problemas familiares e vê nos diversos amigos da turma um apoio inestimável.

Essa força não nasce por acaso, ao criar-se uma turma, misturam-se pessoas de diversas localidades, com culturas e hábitos diferentes, e que até aquele momento haviam passado por experiências completamente diferentes, e é a partir dali que passam a compartilhar momentos, aventuras, sonhos e emoções. Os laços ali criados se tornam eternos, dessa forma, mesmo quando um dos integrantes da turma escolhe seguir um caminho diferente dos demais, ele não deixa de pertencer à turma, e não deixa também de levar consigo todas as amizades e experiências ali vividas.

Por fim, o espírito de turma é algo que não só ajuda na coesão do grupo, mas que também molda o coração daqueles que escolheram como profissão a nobre tarefa de servir. Pois quem serve está sempre se dedicando e sacrificando em prol de outras pessoas, e o espírito de turma é sobre isso também, sobre não só aprender a respeitar as diferenças e criar amizades, mas também sobre servir aos outros. ■



Cerimônia de Declaração de Guardas-Marinha na Escola Naval - 2023
Foto: Flickr MB

* Aspirante da Escola Naval, declarado Guarda-Marinha em 9DEZ2023



PLANOS DE SAÚDE

Aqui você pode contar com os melhores **Planos de Saúde** com **condições e valores diferenciados**.



SEGUROS

Antes de adquirir **seguros de automóvel, residência, vida, funeral, acidentes pessoais ou viagem**, procure a gente e confira as vantagens de pertencer à **Família Naval**.

Uma porcentagem do valor investido retorna para a **Família Naval** por meio de **benefícios**.



e muito mais!



**CADASTRE-SE.
É DE GRAÇA!**

Acesse nosso site e acompanhe-nos nas nossas **redes sociais**:

www.abrigo.org.br



AMNnaREDE



Abrigo do Marinheiro



abrigodomarinheiro



AMN - Abrigo do Marinheiro

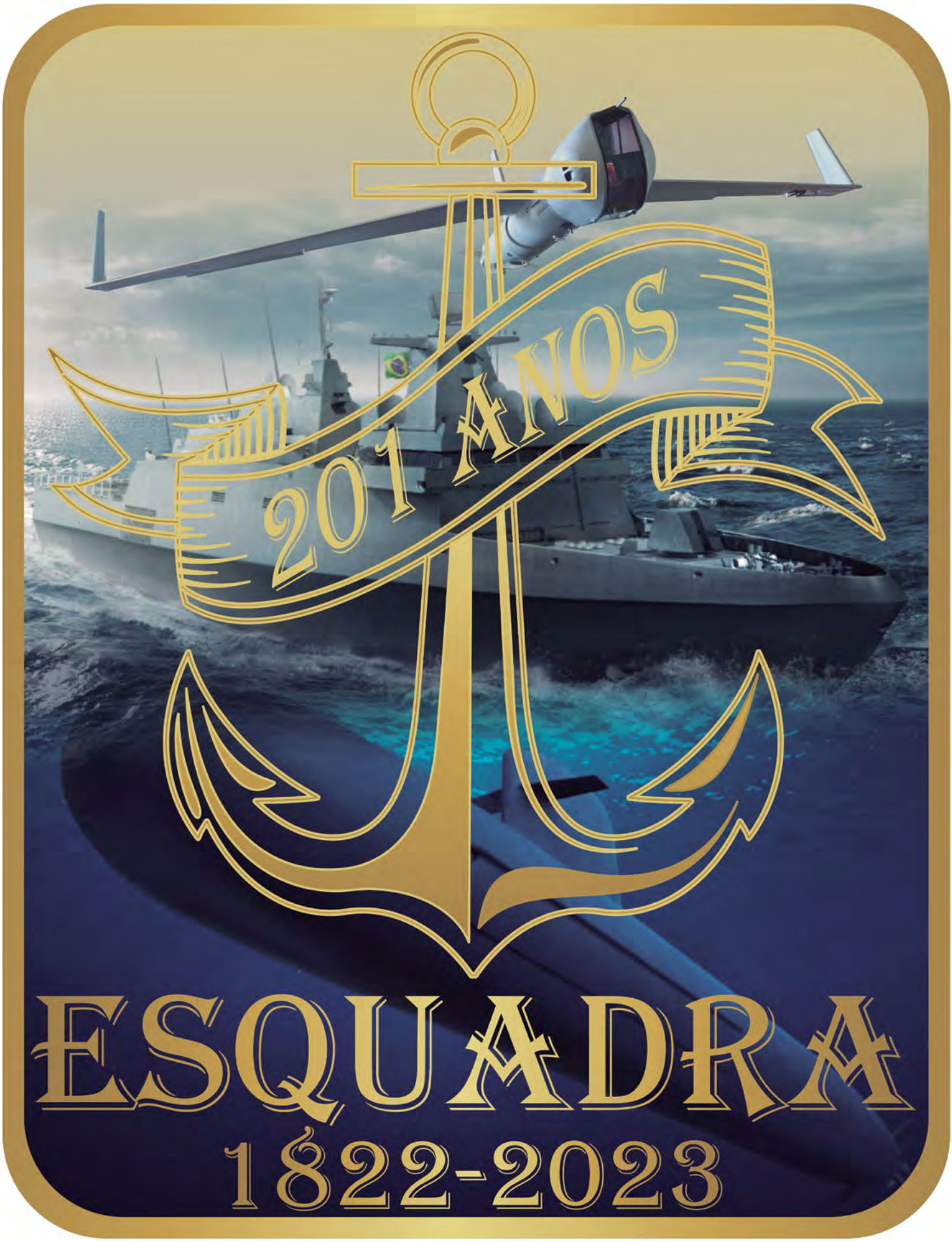


abrigodomarinheiro



associacaoamn





201 ANOS

ESQUADRA

1822-2023